

PORTUGAL democrático

REDACÃO: R. Conselheiro Crispiniano, 319 — sala 601 — Telefone: 35-5822 — SÃO PAULO

ANO I — N.º 8 ★ SÃO PAULO, 15 DE FEVEREIRO DE 1957 ★ Cr\$ 3,00

Leiam

Nesse Numero:

Colaboração exclusiva de Maria Archer, Adolfo Casais Monteiro, e uma carta de Antonio Sergio e Sua Eminencia, o Cardeal Patriarca de Lisboa

CARTA ABERTA A SUA MAJESTADE BRITANICA ISABEL II

por MARIA ARCHER

Estas palavras escritas por uma mulher portuguesa e publicadas no unico jornal de portugueses em que se não exerce a censura oficial do regime de Salazar, presumo eu que serão levadas a Vossa Majestade pelos seus serviços diplomaticos e traduzidas fielmente.

A insperancia do meu apelo e manifesto não se contenta na modestia do jornal e do meu nome que só por mereo acaso feliz poderia ter passado sob Vossos olhos alguma das referencias e relevancias que me tem feito o semanario londrino "The Times Literary"; emana daquelas insondaveis auras em que intuimos a ameaça

da Fatalidade, serva de Deus, no seu afã de dementar aqueles que quer perder.

A viagem de Vossa Majestade ao meu "jardim da Europa à beira mar plantado" está marcada para uns dias após a publicação deste numero do jornal. Viagem que se tornou na cauda unica do meu ousio de Lhe escrever. Não que me anime a menos fagueira esperança de alterar os planos do Governo Britanico quanto à sua politica com Portugal — mas para dar a vossa Majestade o sabor do remorso no momento em que atravessar em parada triunfal as ruas de Lisboa. O remorso pode elevar uma consciencia sensível ao arrependimento e salvação. E é a esse remorso salutar que pretendo conduzir, muito respeitosamente, a consciencia de Vossa Majestade.

Suplico a Deus a graça de o conseguir.

Ouvi contar a meus pais da visita feita a Portugal por Sua Majestade Britanica Eduardo VII, e da recepção calorosa espontanea, autenticamente espontanea e calorosa que o povo português lhe prestou. As homenagens oficiais empalideceram ante a maré alta dos aplausos do povo que mantem aliança com o vosso aavez de seis seculos de Historia. Nessa época, a do governo constitucional dos ultimos reis portugueses, o meu povo não sofria o minimo constrangimento na sua liberdade ou ofensa à sua dignidade. Amava ou odiava, aplaudia ou insultava, conforme aos impulsos da paixão. Era um povo pobre, inculto, altivo, honrado, e intacto na sua hombridade. Nunca, nem nos tempos medievos se sentira degradado da dignidade humana. Nunca respondera ao velho adagio: OU CRES OU MORRES, sem ser com outro: ANTES QUEBRAR QUE TORCER.

Quinze anos antes da visita de Sua Majestade Eduardo VII, esse mesmo povo, que o recebeu com honras de demurgo, desvalrada de paixão patriótica e gritava contra o Impero Britanico os ultrazes maximos do seu vocabulario portentoso. Foi na época em que um conflito de interesses ultramarinos opoz o expansionismo britanico contra os direitos de Portugal, velhos de seculos, e ficou na Historia portuguesa sob o nome de Ultimatum. Mas, passados quinze anos, mais esclarecidos pela evolução da atmosfera internacional, os caudillos da politica portuguesa puderam perdoar ao Impero Britanico esse assalto ao nosso patrimonio tropical e considerá-lo como uma especie de "pagamento feito pelas proprias mãos", de certo modo justificado pela defesa permanente de nossos direitos em face das ambições coloniais alemãs.

Certo é que a emotividade agressiva fera superada e que Eduardo VII, na sua visita a Portugal, foi o vero representante do povo britanico festivamente recebido na casa do povo português. Uma visita a que demos a valoração de abraço entre amigos reconciliados.

luta contra o comunismo". Isto é, o senador Kruehel encabeça a opposição republicana contra a visita de Tito aos Estados Unidos por a considerar inutil aos objetivos basicos da politica americana; ao lado, em telegrama de New York, o Prefeito Robert Wagner declarou que não receberá oficialmente o Rei Ibn Saud, da Arabia Saudita por ser anti-semita, anti-catolico, e governante de um país negro — isto é, não partilhar ideais com o Municipio de New York; mais abaixo, em telegrama de Teerán, Informam que o Xá da Persia visitará a Arabia Saudita no mês de março, retribuindo a visita do Rei Ibn Saud à Persia, nos fins do ultimo ano e tudo isto ultimo (Conclui na pag. Central)



O JULGAMENTO DE OSCAR LOPES

Continuam a manifestar-se reacções dos circulos intelectuais brasileiros contra a prisão do escritor e critico português Oscar Lopes.

Depois da Associação Brasileira de Escritores (seccão de São Paulo), da revista Anhembi, do jornal "O Estado de São Paulo", alguns intelectuais cariocas fazem sentir também o seu repudio por mais esta arbitrariedade de Salazar.

Assim, os escritores Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Guilherme de Figueiredo, Cyro dos Anjos, Ledy Ivo, José Lins do Rêgo, entre outros, subscreveram uma declaração favorável ao critico português. Essa declaração, sem carácter politico, teve apenas como finalidade afirmar o apreço intelectual desses escritores, num belo gesto de solidariedade e de repudio às perseguições por delictos intelectuais.

PORTUGAL DEMOCRATICO vê com jubilo que três décadas de propaganda salazarista não conseguiram convencer os intelectuais brasileiros das excelencias do regime. Muito obrigado, portanto, áqueles que têm a coragem de saudar um escritor português que Salazar encarcerou.

O PROBLEMA EM CAUSA

Concededor, melhor do que ninguém, de que a sua entrada nas Nações Unidas se efectuou mercê de uma barganha entre os dois blocos em que o mundo se divide, sabedor, por outro lado, de que a sua estrutura interna está em completa incompatibilidade com as especificações da Carta da ONU, o governo português devia estar melhor preparado para se defender ao primeiro embate, que era inevitável, no céo daquele organismo.

Verificamos, porém, pela forma ardilosa como a questão da administração por parte de Portugal de territórios não-autónomos tem sido apresentada na imprensa portuguesa, que a proposta da criação de uma sub-comissão destinada a estudar a estrita applicação dos principios das Nações Unidas a esse tipo de territórios colheu completamente desprevenida a delegação do Estado Novo em Nova York. A euforia patriótica (muito gesto e poucos argumentos) invadida logo os jornais de Salazar. Sucedem-se em Lisboa declarações de um lirico amor ao Brasil, provocadas pela intervenção do delegado deste país, que seria favorável à posição dos representantes do governo português. Devemos observar, a propósito, que o assunto, com que Salazar pretende insuflar novo animo nos espiritos dos seus apaniguados, não despertou o minimo interesse por parte da grande imprensa brasileira, que o deixou passar sem qualquer referencia.

A deformação dos fatos nos jornais lusitanos, a sua unilateralidade na apresentação do caso, assim como o manifesto desinteresse de que a imprensa brasileira tem dado mostras, não publicando quaisquer dados, impedem-nos de nos manifestarmos sobre o fundo da questão. Aguardemos, para tanto, que o governo de Salazar forneça ao povo português os elementos sem os quais nenhum problema pode ser estudado...

Entretanto, a campanha desencadeada merece alguns comentários. Assim, sem deixarmos de ser sensíveis às declarações do sr. Donatello Grieco, representante oficial do Brasil na ONU, segundo o qual os brasileiros se orgulham da obra civilizacional que os portugueses realizaram no seu solo, não podemos deixar de observar que tal obra, que muito nos honra e envaldece, nada tem que ver com a forma como o atual governo português conduz os negócios do país, nem, sobretudo, com a entrada ilegal desse governo para um concerto de nações que pretendem ser democráticas, como as integrantes da ONU.

Por outro lado, agora que, a propósito de colonialismo, se discute sobre se se trata, ou não, de uma questão de pura terminologia, será talvez a ocasião de pedir ao sociólogo brasileiro sr. Gilberto Freire, de cujas simpatias pelo Estado Novo português ninguém pode duvidar, que apele para a sua memória e nos conte por que razão a associação luso-africana da Ilha de Moçambique, foi impedida pelo Governador, de recebê-lo em sua sede, quando da visita do sr. Gilberto Freire, às colonias portuguesas de Africa, em 1933.

Com tudo isto, o Governo de Salazar, mais uma vez, deve agradecer às fadas más que o protegem: se a ONU fosse, realmente, o arcótipo internacional onde se discutissem os assuntos de maior interesse para as nações, o caso dos territórios não-autónomos transformaria-se, de assunto secundário que é, na primeira peça de um processo geral do regime português. Ver-se-ia então uma Comissão das Nações Unidas estudar, não o caso especial deste ou daquele território, mas a validade da presença dos representantes de Portugal naquela Assembleia.

Porque é este, no fim de contas, o unico problema que está em jogo.



Atividades e Provocações da Quinta Coluna Salazarista

Antonio Simões Junior

Como está sobejamente comprovado, existe hoje em dia uma autentica quinta Coluna Salazarista em todos os países onde residem emigrados portugueses, cujo trabalho de safra começa a produzir frutos fustosos que travam, entorpecem e limitam a nossa acção de democratas. Como um fantasma nascido e criado a nosso lado, sem que nós nos apercebessemos do perigo que representa e que, efectivamente, já hoje representa, ela foi nutrido-se de nossa pusillanidade, da nossa miopia ou apatia politica. Como um aspid, um ser híbrido, produto do conluio dos sentimentos das forças mais reacionarias, mais negras e mais opressoras do nosso desditado país, ela sabe aproveitar sagazmente todas as nossas debilidades, evasões e falta de acção, de coerença, de unidade na luta politica em que estamos empenhados, para promover em nosso redor um circulo de intimidação quando não de terror.

Mais que aforismos são o que deixamos dito, verdades de peso. Sim; para pasmo dos credulos, daqueles democratas (exilados ou simples emigrantes) que continuam crendo que os agentes salazaristas são inabéis, incapazes de qualquer acção politica coordenada que leve a agua ao moinho dos desígnios despóticos do regime de Salazar, o afirmamos. E não se creia que os integrantes da Quinta Coluna entre nós, são numerosos. Ao contrario o seu numero é bastante reduzido, limita-se a uns poucos diplomatas e a umas escasas dezenas de homens de negocios. Estes sabem mover habilmente os cordelinhos e recrutam os seus propagandistas, entre as castas privilegiadas da emigração portuguesa a troco de dadas e titulos honoríficos.

Espicaçados em suas vaidades, adulados, estes "portuguesitos valientes" com a ambição de destacarem-se de banquetearem-se com os diplomatas salazaristas, tomam posse graças à posição social de que disfrutam nas direções das Sociedades Recreativas Portuguezas, algumas das quais foram fundadas por velhos republicanos exilados, para as ir transformando paulatinamente em focos de agitação salazaristas. Exemplos evidentes do que afirmamos temos-os em Marrocos e na Argentina, limitamos a citar somente estes dois países por serem os que melhor

conhecemos e onde vimos realizado o que acabamos de afirmar.

Assim: o Gremio Português de Meequinez; o Clube Lusitano de Rabat; a Casa dos Portuguezes de Casablanca, em Marrocos; o Clube Português e o Centro Patria de Buenos Aires, passaram nos ultimos anos em poder de elementos anti-democraticos. Evidentemente que para isto será possível, pelo menos numa medida mais acelerada, muito contribuiu a repressão exercida pelo colonialismo francês e pelo governo fascista de Peron, contra os elementos democratas residentes nesses países. Ameaçados de serem expulsos e entregues ao governo salazarista, temerosos de perderem o pouco que haviam conseguido: liberdade, meios economicos, etc., os democratas portuguezes optaram por atitudes mais passivas na sua opposição ao governo despótico de Portugal.

Isto é um facto incontrovertível, mas no nosso modo de ver, não é o principio fundamental que nos levou a ser batidos e humilhados nesta pequena frente de batalha que é o exilio, pelo fascismo português. A nossa derrota deve-se mais à nossa pouca eficiencia politica, à incuria do nosso caracter propenso ao individualismo.

Será conveniente exemplificarmos: Porque motivo nenhum governo dos países em que vivemos (não nos referimos aos extintos governos da atraiçoadada Republica Espanhola), nos reconheceu, ainda que não oficialmente, qualidade de refugiados politicos, coisa que não succede com os exilados de outros países residentes na Europa e na America? Não os haverá entre nós? Evidentemente que sim. Então? A resposta razoavel seria esta:

Até agora não nos temos sabido valer dos nossos direitos nem defendido devidamente os anseios democraticos do espezinhado povo que representamos. Uma que outra vez, em oportunidades que cremos mais

favoráveis, ensalamos isoladamente um grito de protesto, um gesto de rebelião, mas logo assustados com o eco da nossa propria voz, emudecemos.

A falta de solidariedade em defesa duma causa comum: a restauração das liberdades democraticas que nos foram derogados depois do 28 de Maio de 1926, conduziu-nos à desagregação que actualmente nos impede de uma acção ampla e efectiva. Os refugiados espanhóis, por exemplo, conseguiram em diversos países publicar jornais e revistas, partidários desta ou daquela facção politica; mas nós, os portuguezes, com excepção do "Unir" que se publicou durante algum tempo em Paris, não conseguimos publicar pelo menos um jornal de unidade democratica.

Tudo isso deve-se, para falermos francamente e sem circunloquios, ao espirito de pusillanidade que nos tem caracterizado (Em 1946-47, o comandante Oliveira Pio, exilado politico residente em Casablanca, intentou fundar um mensario em lingua portuguesa destinado a unir todos os portuguezes anti-salazaristas do Norte de Africa, mas como não conseguiu todo o apoio de solidariedade necessarios a quem os devia dar, viu abortados os seus desígnios por decisão arbitraria do "Resident General de France au Maroc").

Jornais ditos apolíticos, publicaram-se alguns. Na Argentina, por exemplo, continua publicando-se o "Ecos de Portugal". Também se publicou durante alguns meses o "Mundo Português" cuja publicação se extinguiu sem pena nem gloria.

O "Ecos de Portugal" que do nosso país não reflete mais que o nome, e um pasquim mistificador, sem orientação cultural nem coerença politica. Com a sua publicação não pretende a pessoa que o dirige ministrar quaisquer conhecimentos elementares dos problemas de Portugal, aos nossos compatriotas. O seu fim é o de servir interesses par-

ticulares e defender inconsequentemente posições ideologicas ambigüas.

Nas paginas deste jornal que algumas vezes havia publicado colaboração de portuguezes democraticas, foi-se introduzindo a agencia A. N. T. Aos poucos, sem pressa mas com habilidade e persistencia, ela tomou conta do jornal. Começando sempre, como é obvio e já tradicional com a exaltação das belezas turisticas do "Jardim à beira mar plantado", foi resvalando para o terreno politico até transformar o jornal num canto de seara salazarista.

O director do "Ecos de Portugal", espirito ganancioso e pusillanime, foi hipotecando a sua pretendida independencia politica, a sua dignidade de portuguez, até transformar-se ele mesmo num vulgar propagador do regime ditatorial que subjugou o nosso povo.

Como este senhor, tambem o director dos Cruzados de Fatima, o embuste religioso que mesmo no estrangeiro nos envergonha e fere nosso orgulho de povo civilizado; o director da Hora da Saudade, audição radifonica dedicada a enaltecer o fado e decantar as virtudes

do partido unico de Salazar; os presidentes do Clube Portuguez e de Centro Patria e outros agiotas e fomentadores do mercado negro de cambios monetarios, pertencem à Quinta Coluna Salazarista na Argentina. Até há pouco, nos ultimos anos de ditadura peronista, alguns destes senhores exerciam a dupla função de esbirros salazaristas e peronistas.

Na sua qualidade de secretario do "Movimento Fesonista de los Portuguezes", o director do "Ecos de Portugal" premiou muitos dos nossos compatriotas aqui residentes, com o fim de conseguir que eles, contra vontade, accedessem a fillar-se nessa seita de pistoleiros. A outros, como o autor destas simples linhas, que ousaram manter uma atitude coerente com seus principios e proseguiram na sua ininterrupta campanha politica em pró da democracia e da restauração das liberdades politicas inexistentes em Portugal, ameaçou-os, quer directa quer indirectamente, e servindo-se das calunias mais vis, de serem expulsos do país e entregues ao governo de Salazar.

A propaganda da ditadura portuguesa no estrangeiro, entre os portuguezes, pode ser assim delineada: o erro consciente, a catalinada e o charlatanismo; (Conclui na 3.a pagina)

CARTA ABERTA...

Conclusão da 4.a pag.)
Sementes e escasso em materias primas — mas para o acusar formalmente, de conservar esse atraso e essa miseria, e ainda de aniquillar todos os esforços que os elementos mais esclarecidos da nossa grei tentam em prol do nivelamento português pelo indice do mundo europeu.

Somos todos conhecedores de que havia na Europa, há 30 anos, varios países submetidos a indices de vida, industria, cultura, inferiores as de Portugal, e tambem estamos cientes de que, esses países superaram a miseria, a doença, o analfabetismo, a prostituição; o exemplo está ao nosso alcance e dá-nos coragem para a revolta e o clamor e o sacrificio! E' que tambem sabemos que, negando-se aceitar os modernos métodos de educação, de

produção, de assistencia social, dia a dia mais necessario pelo aumento da população e a terra escassa, Salazar integra-se na sobrevivencia medieval do corporativismo, nega aos portuguezes o direito a eleições livres, a liberdade da palavra, da expressão, da reunião, da associação, da imprensa, do trabalho, da deslocação, da greve, da etica, da religião, da politica, mesmo da arte. Livros de contos, romances, poesias, memorias, quadros em exposição, peças de teatro, tudo ficou sujeito à censura oficial, à apreensão da policia, à queima do auto-de-fé! Será ilusão se Vossa Magestade se julgar em Portugal num país do século XX — sem ver que parece por um patio de prisão do Santo Officio.



Evidentemente que sabemos todos, e Vossa Magestade melhor do que nós, que a ditadura salazarista e a ditadura franquista se mantem mercê da protecção de países democraticos, livres nas suas instituições e nos seus homens, nomeadamente a Grã Bretanha e os Estados Unidos. A absurdidade, o impudor, o nepotismo desta protecção, atinge a acuidade do crime! E' porque o sabemos que Vossa Magestade está longe do amor dos portuguezes. O seu Governo trahiu a confiança do aliado de seis seculos e, mesmo depois de se ter batido contra o fascismo pactuou com o governo fascista de Salazar. A visita de Vossa Magestade é uma das manifestações desse acordo sacrilego entre o Bem e o Mal, que todos os mitos e religiões combatem, que o Cristianismo repele.

Os dias do fascismo estão contados. Salazar, Franco, não tãvam a regressar ao pó de que saíram e a entregar as almas a Salazar, sem que pesem na balança divina as pedras das igrejas que mandaram erguer. Pó, terra, cinza, nada, será o balanço do fascismo peninsular, como foi o dos mais fascismos. Talvez a geração sacrificada no nosso deserto não veja, tal como a biblica, a Terra da Promissão.

E é porque ele sabe, Salazar, que os dias do fascismo estão contados que rebuzca, com artificios de propaganda, publicidade, ilusionismos, cego de deslumbramento os olhos que não querem ver. A visita de Vossa Magestade a Portugal é um desses balões de oxigenio a que recorre o regime salazarista — e se o denuncia é porque lamenta que uma rainha de Inglaterra, Isabel como a soberba filha de Ana Bolena, herdeira duma gloriosa tradição de rainhas, e com personalidade bastante para a continuar, rebaixar a sua Coroa e o seu manto à condição de fornecedor de alibis internacionais dum regime de ditadura imposto ao povo que é o mais velho aliado do seu proprio povo, exemplificando que a vossa etica admite a elasticidade moral de desejar Deus para si e o diabo para os outros.

Termino esta carta aberta com a reverencia que é devida a Vossa Magestade; e, muito respeitosa e, peço licença para lhe lembrar um dado historico — Cristo foi crucificado sob a alegação duma razão de Estado; e mais um preceito christico — Não faças aos outros aquilo que não queres que te façam a ti.

MARIA ARCHEB

ACONTECIMENTOS DA HUNGRIA E DO EGITO VISTOS DE PORTUGAL

N. R. — Tendo sido remetido de Lisboa para o nosso jornal o seguinte artigo, de autoria dum leitor que prefere conservar-se no anonimato, procedemos à sua publicação, acreditando ser ela um estimulo de proximas colaborações, por parte de todos os que secretamente nos leem em Portugal.

(Enviado de Lisboa para "Portugal Democratico") — Em Portugal os tragicos acontecimentos da Hungria provocaram uma nuvem de protestos, na maioria ridiculos, entre os quais cumpre salientar o dos catedraticos que sem coragem para pegar em armas na defesa das Liberdades Publicas se permitem votar mocções espantosamente despidas de qualquer eficiencia e sobretudo antagonicas com a sua attitude de subversão perante os atropelos dos Direitos reconhecidos ao Povo nos países autenticamente democraticos.

Por outro lado a violação do tenborio egipcio pelas forças agressoras do Governo conservador inglês e dos seus aliados, não suscitou o minimo protesto dos mesmos elementos.

Registra-se igualmente que durante o regime nazista, enquanto se efectuavam as ferozes perseguições aos judeus e democratas, os tremendos massacres e "progromes", a cruel eliminação nas camaras de gás de milhares de victimas sem defesa, os actuais "protestantes" portuguezes aplaudiram com o seu silencio e complacencia, estes

barbaros crimes — os maiores que se cometeram no mundo em qualquer periodo da sua historia.

Cumpre ainda salientar que este sujeitos teoricamente tão caritativos com os foragidos da Hungria são os mesmos que em Portugal eliminaram as Liberdades Publicas, proibiram as organizações politicas adversas, inutilizam um estado policial fascista, onde há 30 anos não há um deputado da opposição.

Esta flagrante contradicção entre as suas attitudes para uso externo e a sua politica ditatorial no interior do país revela o tragico dilema em que se debate o regime politico de Salazar — estruturalmente inimigo da Liberdade, e que pelos seus compromissos no exterior tem de aparentar que respeita os direitos húngaros e luta pela sua defesa.

Uma mascarada politica que se salda em 30 anos de opressão, imposta a uma nação inteira em proveito da camarilha politica que rodeia o Ditador e dos grandes potentados economicos que à sua sombra realizam colossais fortunas. O povo geme na miseria, o seu nivel de vida é o mais baixo da Europa, e enquanto pelas vias crianças miseraveis vivem ao desamparo, as familias bem vão vestir, calçar e dar bonitos brinquedos a cinco mil crianças húngaras!

Já viram como são engracadinhos a falar! Será preciso o apoio de Jesus Cristo para varrer esta canailha!

PORTUGAL DEMOCRATICO

Redação:
Rua Conselheiro Crispiniano, 379 - 6.º andar
sala 601 - Fone: 35-5822
São Paulo-Brasil.

Director-responsavel:
Otávio Martins de Moura

EXPEDIENTE:
Dias uteis: das 9 às 18 hs.
Sábados: das 8 às 12 horas.

Este jornal aceita toda e qualquer colaboração que vise servir o "Portugal Democratico" com verdade e independencia. Não dispõe de qualquer subsidio. Sua vida depende de todos os democratas, fundamentalmente brasileiros e portuguezes, que desejam vigore em Portugal um regime verdadeiramente democratico. A forma mais imediata de o ajudar, consiste em subscrever uma contribuição mensal, alem duma assinatura anual.

Assin. anual Cr\$ 30,00
Assin. especial 100,00
Numero avulso 3,00

A JUVENTUDE LEVANTA A CABEÇA

MANIFESTAÇÕES DE ESTUDANTES DISPERSAS VIOLENTAMENTE PELA POLICIA EM PORTUGAL

PORTUGAL DEMOCRATICO tem aberto as suas colunas, repetidas vezes, à voz da juventude portuguesa, frustrada nos seus mais legítimos anseios. A esperança de quantos combatem o Estado Novo português reside exactamente na nobreza de caracter dessa mocidade que não se deixa vergar.

Hoje, trazemos ao conhecimento dos nossos leitores mais um atentado do governo português contra a liberdade da juventude lusitana decidir do seu proprio destino. Depois de tentar, no julgamento-farsa do Porto, considerar ilegal o Movimento de Unidade Democrática Juvenil, o Estado Novo publicou um decreto estabelecendo uma intervenção governamental, iníqua e insuportável, na vida das organizações académicas do ensino superior. Este documento encontrava-se há anos em preparação e a ameaça da sua publicação surgia sempre que a juventude portuguesa manifestava de forma um pouco mais concreta o seu repúdio ao fascismo. Em 12 de Dezembro, finalmente, o "Diário do Governo" publicou o Decreto-Lei n.º 40.900, que abaixo publicamos na íntegra e que representa o fruto de longas congeminações das entidades governamentais no sentido de asfixiar qualquer veleidade de independência da mocidade estudantil e qualquer desejo de tratar os respectivos problemas de uma forma autónoma.

O DECRETO EM QUESTÃO

"Os problemas da vida circumscolar e social do estudante do ensino superior — a habitação, a alimentação, a vida em comum, a educação física, a saúde, o conhecimento do Mundo e das varias formas da cultura humana, o seguro, a escolha da carreira e o emprego — preocupam vivamente o Governo.

Por isso se institui, através do presente decreto-lei, o órgão encarregado de estudar tais problemas.

Enquanto não entrarem em vigor as medidas que a actividade desse órgão há-de sugerir, as actuais associações e organizações de estudantes continuam a funcionar. Mas o regime que lhes respecta sofre algumas alterações, que a experiencia mostrou tornarem-se absolutamente indispensáveis.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É criada na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes a Comissão Permanente das Obras Circumscolares e Sociais do Ensino Superior, à qual compete estudar todos os assuntos respeitantes à vida circumscolar e social dos alunos das escolas superiores dependentes do Ministério da Educação Nacional.

Art. 2.º A comissão é constituída sob a presidência do director-geral, por seis vogais, escolhidos de entre reitores, directores de escolas, professores e outras individualidades que tenham dado provas de relevante interesse pelas questões cujo estudo compete à mesma comissão e por três vogais escolhidos de entre os alunos das escolas superiores de cada uma das cidades de Lisboa, Porto e Coimbra.

§ unico. Podem ser concedidas, mediante prévio despacho do Ministro da Educação Nacional, para participar nas reuniões da comissão quaisquer pessoas cuja presença se julgue útil.

Art. 3.º O Ministro da Educa-

ção pode autorizar que sejam chamados até três professores ou outros funcionarios dependentes do Ministério para prestarem junto da comissão por período não excedente a um ano, serviços da sua especial competência.

§ unico. O serviço prestado nas condições deste artigo considera-se para todos os efeitos legais como exercício do cargo de que o funcionario é titular.

Art. 4.º Até serem legalmente definidos os principios basilares da vida circumscolar e instituídos os respectivos órgãos, as associações e organizações de alunos das escolas superiores dependentes do Ministério da Educação Nacional, em funcionamento à data deste decreto-lei, ficam sujeitas ao regime estabelecido nos artigos seguintes.

Art. 5.º As associações e organizações destinam-se a funcionar no âmbito da escola, para complemento formativo do ensino nela ministrado, para utilização proveitosa e recreativa dos socios estudantes, para fomento do espirito de camaradagem entre os alunos e estreitamento das relações entre eles e o corpo docente.

Dentro destas finalidades, compete-lhes designadamente:

a) Colaborar com a direcção da escola no aperfeiçoamento dos serviços que respectam directamente à vida escolar do estudante;

b) Manter bibliotecas, gabinetes de leitura, salas de estudo, e convívio;

c) Colaborar com a direcção da escola na preparação e realização das festas de abertura e encerramento do ano lectivo;

d) Promover conferencias, concertos, exposições, lições ou cursos destinados a fomentar a cultura dos associados;

e) Estimular a pratica desportiva dentro da orientação e disciplina estabelecidas pelos órgãos competentes do Ministério da Educação Nacional.

§ 1.º As realizações a que se refere a alinea d) dependem sempre de autorização prévia do director da escola.

§ 2.º As associações podem occupar-se de assuntos respeitantes à vida social do estudante (instalação, alimentação, saúde e seguro) enquanto os serviços do Ministério da Educação Nacional não estiverem habilitados a fazê-lo.

Art. 6.º As associações e organizações só podem coordenar as suas actividades para fins especiais desde que o Ministro da Educação Nacional autorize em cada caso.

Art. 7.º Nenhuma associação ou organização pode iniciar ou manter relações com organismos internacionais ou de outro país, a não ser por intermedio dos componentes serviços do Ministério da Educação Nacional.

Art. 8.º Só podem ser socios em disciplinas da respectiva escola os alunos que estejam inscritos nela e nela sigam efectiva e regularmente cursos normais.

§ 1.º Perde a qualidade de socio o aluno que por qualquer motivo deixe de ter direito a frequentar os trabalhos escolares.

§ A interrupção da frequencia imposta por decisão das autoridades académicas determina a suspensão dos direitos de socio pelo tempo correspondente ao

da mesma interrupção.

Art. 9.º São órgãos das associações e organizações de que trata o presente diploma:

- a) A assembleia geral;
- b) A direcção;
- c) O conselho fiscal.

Art. 10.º A assembleia geral é constituída pelos delegados dos socios inscritos em cada ano da escola, salvo o primeiro.

§ 1.º Entende-se que o socio frequenta o ano a que pertencer a maioria das cadeiras em que se encontra inscrito.

§ 2.º Por cada cinquenta socios ou fracção será eleito um delegado, tratando-se do 2.º ano da escola. Nos anos seguintes será eleito um delegado por cada trinta socios ou fracção.

Art. 11.º A direcção é constituída por cinco ou sete membros, o conselho fiscal por três e a mesa da assembleia geral por um presidente e dois secretários.

Art. 12.º Os socios eleitos para os cargos a que se refere o artigo anterior e os eleitos ou nomeados para quaisquer funções de direcção ou orientação só podem entrar em exercicio depois de o Ministro da Educação Nacional ter sancionado a eleição ou nomeação.

Art. 13.º Junto de cada associação ou organização há um delegado permanente do director da escola, designado por este dentre os professores catedráticos ou extraordinarios.

§ 1.º O delegado do director pode assistir às reuniões da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal da respectiva associação ou organização, competindo-lhe manter a ligação entre esta e o conselho escolar, bem como velar pelo cumprimento da lei e dos preceitos estatutários e pelo respeito da ordem social estabelecida e da disciplina.

§ 2.º Quando o delegado do director for professor extraordinario passará este a ter assento nas reuniões do conselho escolar, enquanto desempenhar tais funções.

Art. 14.º Quando as associações e organizações se desviarem dos seus fins estatutários, infringirem as disposições legais applicaveis ou exercerem qualquer forma de actividade contraria à ordem social estabelecida ou à disciplina, o Ministro da Educação Nacional poderá nomear para a sua gerencia comissões administrativas, suspender o seu funcionamento ou extinguí-las.

§ 1.º Estas medidas são independentes do procedimento disciplinar que, nos termos do Decreto n.º 21.160, de 10 de Maio de 1932, couber contra os responsáveis.

§ 2.º Poderá ainda o Ministro nomear comissões administrativas se após duas eleições sucessivas a maioria dos socios designados para os corpos gerentes não entrar em exercicio por ter sido recusada a sanção exigida no artigo 12.º.

Art. 15.º As associações e organizações devem requerer ao Ministro da Educação Nacional, no prazo de sessenta dias, a aprovação de novos estatutos elaborados em harmonia com os preceitos deste diploma.

§ 1.º Na falta de requerimento dentro do prazo fixado as associações e organizações consideram-se extintas.

§ 2.º As alterações aos novos estatutos ficam tambem dependentes de aprovação ministerial.

Art. 16.º A associação dos alunos da Universidade de Coimbra (Associação Académica de Coimbra), bem como aos orfebres, tunas e grupos dramaticos ou corais que abrangam estudantes

de varias escolas, são applicaveis as disposições do presente decreto, cabendo aos reitores a competencia atribuida aos directores das escolas.

§ unico. A assembleia geral da associação dos alunos da Universidade de Coimbra será constituída pelos delegados dos socios inscritos em cada ano das diferentes escolas, salvo o primeiro, devendo a eleição dos delegados obedecer às disposições dos §§ 1.º e 2.º do artigo 10.º. A composição da assembleia geral das organizações mencionadas na segunda parte do presente artigo será a fixada nos respectivos estatutos.

Art. 17.º As associações e organizações a que se refere este decreto só podem tratar com o Ministério da Educação Nacional por intermedio da direcção da escola ou reitoria, e, dentro do Ministério, todos os assuntos que lhes respectam correm pela Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes.

Art. 18.º Ficam revogados os Decretos n.ºs 21.551 e 21.566, respectivamente de 1 e de 6 de agosto de 1932.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da Republica, 12 de Dezembro de 1956.

Francisco Hígino Craveiro Lopes — António de Oliveira Salazar — Marcello Caetano — Fernando dos Santos Costa — Joaquim Trigo de Negreiros — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — Paulo Arsénio Virissimo Cunha — Eduardo de Arantes e Oliveira — Raul Jorge Rodrigues Ventura — Francisco de Paula Leite Pinto — Ulisses Cruz de Aguiar Cortés — Manuel Gomes de Aranjo — Henrique Veiga de Macedo".

Julgamos que todos apreciaram condignamente o tom jesuitico com que se estabelece, neste decreto, que "os socios eleitos só podem entrar em exercicio depois de o Ministro da Educação Nacional ter san-

cionado a eleição ou nomeação".

Logo a seguir há outra perola de igual pureza: "Junto de cada Associação ou organização há um delegado permanente do director da Escola..." cujas funções, especifica o paragrafo seguinte, serão precisamente "velar pelo cumprimento da lei e dos principios estatutarios e pelo respeito da ordem social estabelecida (leia-se, evidentemente, pelo respeito ao Estado Novo salazarista)".

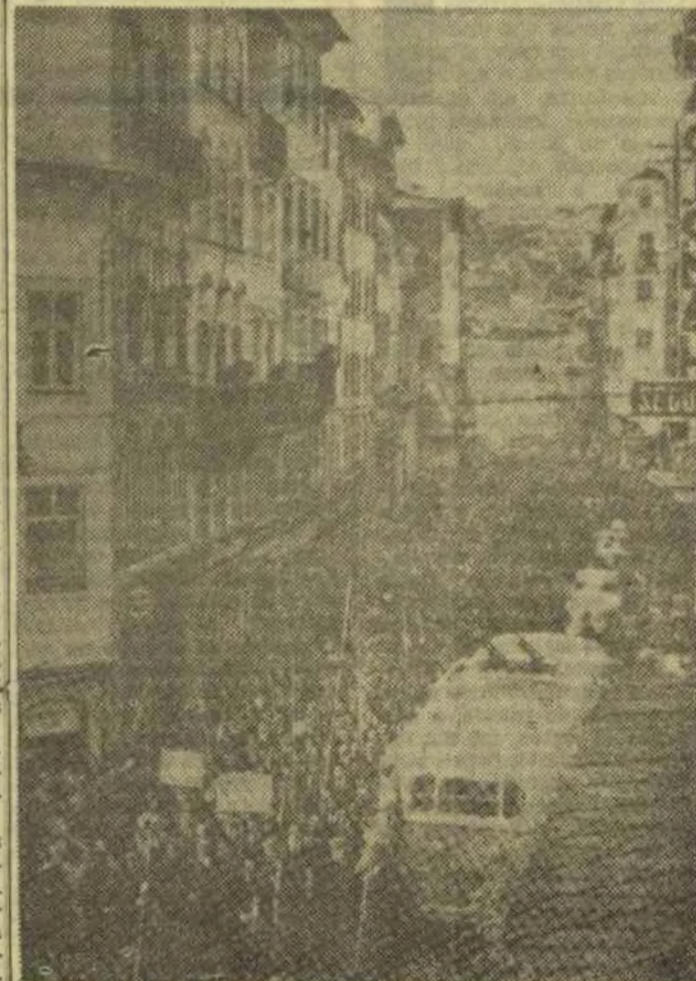
Para não deixar a minima possibilidade de duvida quanto à interpretação do ditame governamental. Acrescenta-se mais adiante, que o Ministro pode nomear Comissões administrativas, após duas eleições em que os estudantes não elejam uma direcção merecedora da sanção official. O decreto não deixa de insistir, como seria de esperar, nos castigos que alcançarão as Associações que, por milagre, se desviem do bom caminho, exercendo, apesar de todas as barreiras, qualquer actividade contraria à ordem social estabelecida.

DIGNA REACÇÃO DA NOSSA JUVENTUDE

Apesar de espeznhada há trinta anos, nos seus direitos mais sagrados, a juventude portuguesa não pode deixar sem resposta mais esta afronta. Assim, três dias depois da publicação do decreto acima, os estudantes de Coimbra (dos mais directamente atingidos por este cerceamento de liberdades, porquanto a sua Associação Académica era das poucas em todo o país que, malgrado todas as restrições à sua independencia conseguia ainda desempenhar certa função) saíram para a rua e, em vibrante manifestação, fizeram sentir às autoridades a sua decisão de não aceitar, de forma nenhuma, mais este corte nas suas prerrogativas de jovens dignos.

A ordem e o equilibrio com que decorreu a manifestação, em que participaram muitas

(Conclui na 7.ª pagina)



A manifestação de 15 de Dezembro em Coimbra

CARTA ABERTA A SUA MAJESTADE BRITANICA

(Conclusão da 1.ª pag.)

culado para incluir a Arabia Saudita no Pacto de Bagdad. — Isto é, Presidentes, Reis, Imperadores, que se vistam, se recebem, se festejam, na mira de propaganda, acordos politicos, alianças, entendimentos entre governos. Enfim, regedoria. Não creio, e não creio também que Vossa Majestade admita, que Tito ou o Rei Ibn Saud, ou o Xá da Persia, quando visitam ou recebem visitas, sejam veros representantes dos seus povos. Considero-os como enviados dos seus governos em entendimentos politicos com outros governos malgre os respectivos povos.

O simile serve-me (digo-o sem quebra de respeito pessoal à Senhora Dona Isabel II) para colocar a visita de Sua Majestade Britanica, a Portugal, no panorama internacional das visitas de Tito, do Xá da Persia, do Rei Ibn Saud — entendimentos entre governos. Assim a Rainha Isabel II não visitará Portugal, como seu bisavô Eduardo VII, entre os aplausos es-

pontaneos do povo que o recebeu. Porque esse povo sabe que não vem fazer a um povo livre, igual do seu povo, um abraço fraterno, mas, tal como iria à Persia ou à Arabia Saudita, vai a Portugal para colaborar com o governo que o oprime e explora, vai a Portugal passear o esplendor da sua cabeça coroada, chefe de um povo livre, entre a humanidade sub-desenvolvida, conduzida a cajado de pastor e chicote de negreiro, por um governo de ditadura, vai retribuir a visita de propaganda do Presidente, Craveiro Lopes e colaborar, mais uma vez, com um dos governos ditatoriais da Peninsula Iberica, unicos no mundo ocidental vergonha do mundo ocidental, noção que a Historia conservará, enquanto houver memoria de homens, sobre a honra dos estadistas triunfadores da ultima Guerra, sobre a honra dos estadistas actuais do mundo ocidental.

E' a Vossa catalogação entre os colaboradores de Salazar que divorcia in continenti a Rainha de Inglaterra do coração do povo português.



Vou continuar o simile num outro panorama social.

Em 1955, ainda eu me encontrava em Lisboa, assisti à recepção do então Presidente da Republica do Brasil, dr. Café Filho.

Releve-me Vossa Mejestade que eu evoque, à guisa de insulto, o extremo carinho com que pessoas e coisas do Brasil são vistas e sonhadas em Portugal. Facto que não é uma canonica atitude protocolar mas espontanea e sincera manifestação de um povo. Há ressaibos da "Parabola do Filho Prodigio" no alvoroço com que Portugal festeja as gentes do Brasil. Há matança do vitelo mais gordo nos comentaristas dos jornais, nos documentarios cinematograficos, nas hiperboles dos noticiarios da radio, nos aplausos do homem da rua. Literatura, teatro, poesia, musica, artes plasticas, artistas brasileiros, nunca são vistos em Portugal com senso critico judicativo porque o entusiasmo o transforma em exaltação sentimental. Pensamos liricamente no Brasil, quer em transposição saudosista quer porque o sonhamos como Terra da Promissão. Precisamos de viver uns tempos no Brasil para o entender como realidade fisica e psiquica sem deformação.

O Presidente da Republica do Brasil poderia ter visitado Portugal que nem santo padreiro, sobre andor, nuvens de incenso, pisando ruas cobertas de alecrim; poderia ter ido ao encontro do coração do povo português nessa romagem que o conduziu até Guimarães e o castelo de Afonso Henriques; poderia ter deixado ao longo do trajeto aquele sulco de deslumbramento que o tempo desfibra em mito e legenda.

E' possível que Sua Excelencia se tenha iludido com a cenografia do triunfo. A travessia de Lisboa, sob um autentico diluvio de papeis multicores, a entrada em Guimarães, coberta de flores arremessadas das janelas por mãos femininas, tiveram cunho teatral bem encenado. Mas ignoro se Sua Excelencia teria reparado em que as palmas e o vivório, tão do habito em manifestações do entusiasmo português, não se nivelaram com as mais partes do arranjo cenico. Ao longo das ruas, entre as filas do

povo, havia chefes de claque com a sua gente, para acionarem o movimento das palmas. Dado o sinal da batuta irrompiam vivas aqui e além, palmas soavam, mas como esforços isolados, limitados ao numero dos figurantes. O povo, protegido pelo anonimato, manteve-se apatico, em observação. Não sentia em presença viva o Presidente da Republica do Brasil mas o convidado de Salazar, o politico que visitava Portugal para servir a propaganda dum governo ditatorial.

Falei em cenografia e teatro; é como quem se refere a palco e bastidores. Nesses bastidores da recepção ao Presidente Café Filho revelava-se bem a impressionante realidade do momento historico português, nestes tempos de ditadura salazarista. Conto alguns pormenores a Vossa Majestade para sua elucidação.

Houve um preparo recepcionalista que comportou o estudo feito pela politica, dos moradores nos apartamentos situados ao longo das ruas em que passaria o cortejo. Um após outro, e em todos os apartamentos, foram feitas intimidações, quer pela policia politica quer pela Legião Portuguesa (organismo paramilitar) para que as janelas estivessem ornamentadas, com faixas e bandeiras, umas vezes à custa dos moradores ou, no caso de alegação de miseria, com material fornecido pela Municipalidade. Os sacos cheios de papeis multicores foram entregues de noite pelos camións da Camara Municipal. Os moradores de Lisboa ficaram oficialmente providos de material para manifestarem o seu entusiasmo espontaneo ao hospede da cidade. Intimidados, ameaçados, temerosos de sanções economicas e policiais, como demissão de emprego, reprovação do filho no Ginasio, perda de processo no Tribunal, cassação de alvará em comercio ou industria, etc., atribulados pelos terrores das mulheres e filhas, os chefes de familia cederam à intimação. O Presidente da Republica do Brasil passou como um triunfador entre as homenagens dum povo intimidado, que o victoriava ao som do chicote ou da ameaça.

Não me recordo exatamente

da hora do desembarque de Sua Excelencia, 11 ou 12 da manhã. Lembro-me de que os escritorios, lojas, industrias, etc., funcionaram normalmente até essa hora, para forçar o povo a deslocar-se dos seus bairros residenciais; entretanto, às 10 horas, fecharam todos os locais de trabalho e simultaneamente, todos os locais de diversão, cinemas, bares, restaurantes, confeitarias, a barbearias e engraxates. O povo ficou então na rua a olhar para as portas fechadas do comercio, e considerando na alternativa de regressar a casa ou enfileirar nas vias preparadas para a festa. Evidentemente que ocorreu para a festa, foi atraz da novidade. O governo conseguiu encher as ruas à passagem do cortejo presidencial mas para isso submeteu a cidade à violencia de lhe fechar o comercio e diversões, sem o que o povo se dispersaria a seu bel-prazer. A multidão que o Presidente Café Filho viu nas ruas foi uma especie de rebanho, conduzido ao redil por manhas do pastor. E os serviços diplomaticos brasileiros estão tão informados do facto como eu. A embaixadora dona Odete de Carvalho, ao tempo em Lisboa, hoje no Rio de Janeiro, deve ter trazido abundante documentação destas particularidades portuguesas da era salazarista. Insisto em esclarecer que não havia a menor desestima pelo Presidente da Republica do Brasil — havia, sim, repulsa em festejar o convidado do governo salazarista. Repul-

O racoito tem em mira apresentar a Vossa Mejestade de uma especie de trailer do cerimonial em que será recebida, pelo governo salazarista, a Rainha Isabel II. As ruas de Lisboa serão engalanadas, o povo, apatico e silencioso, enfileirará ao longo dos passeios, vigiado por Legionarios e policiais, suspetado em cada movimento; policiais e legionarios andarão de predio em predio, de apartamento em apartamento, intimidando e vexando os moradores fichando nomes e familias, prendendo e desviando pessoas com passado politico para residencias fixadas aqui e além, enfim, procedendo com portugueses como o Governo de Vossa Majestade procede com os cipriotas ou o Governo francês com os argelinos. Será assim que o governo salazarista agrá para despertar o amor e o entusiasmo dos portugueses em relação a Vossa Majestade. Mas com mais ou menos vexames e violencias, mais ou menos policiais, mais ou menos Legionarios, a encenação será perfeita, que, em pontinhos de publicidade suntuaria, os salazaristas são mestres. Nas ruas engalanadas, entre multidões submissas, sob avalanches de papeis multicores, Vossa Majestade seguirá para algum dos palacios herdados em semi-ruina da honrada e pobre monarquia dos seus primos Braganças e restaurados a primor pela corrupta e rica ditadura de Salazar. As municipalidades esgotarão novamente os cofres para corresponder às necessidades constantes da propagando do regime, porque nenhum regime ditatorial vive sem continuos balões de oxigenio, ou de conquistas ou da propagando. E as verbas da assistencia a indigentes, a doentes, a crian-

ças que só foi vencida pela intimidado. Vi senhoras em lagrimas suplicando aos maridos ou pais o consentimento para trabalharem de figurantes na peça; vi familias regressarem de viagens, ou das fazendas, para comparticiparem do serviço exigido pela propaganda oficial, porque se não admitiam escusas de ausencias e as sanções seriam funestas para a economia dos lares, e em consequencia demissões de cargos publicos e particulares, cassação de alvarás, perseguição a firmas comerciais e industriais atravez dos serviços de fiscalização, sindical, de saúde, finanças, etc., como já disse.

As despesas desta recepção esgotaram os cofres municipais de Lisboa e Guimarães. Esgotaram, é o termo exato, porque se atrazaram pagamentos de funcionarios e se cortou as verbas da assistencia a indigentes, a asilos, a doentes. O corte nas verbas assistenciais foi o recurso imediato de que se lançou mão. Passou-se mais de um ano antes das duas municipalidades se refazerem do delirio com que despejaram dinheiro na exhibição do seu fervor colaboracionista em propositos do governo. Um ano em que as verbas assistenciais foram desviadas do seu natural destino e entregues ao aparato ardiloso que foi para "brasileiro ver" embora seja chamado, em vulgata, "para inglês ver", porque, "para inglês ver" é principalmente, que se faz em Portugal a propagando do regime.



ças desamparadas, serão de novo extorquidas a fim de se arrebanharem os dinheiros precisos aos deslumbramentos "para inglês ver". Estou certa de que Vossa Majestade, afeita à suntuosidade da pragmatica britanica sorrirá do luxo novo-rico em que a envolvem mas sem sentir que foi amassado com lagrimas.

A realza afasta de tal forma os Principes dos problemas humanos que julgo necessario fazer compreender de Vossa Majestade o desamor actual por portugueses. E, que, em nossa judicção, não se justifica a presença da Rainha da livre Inglaterra na Côte ditatorial de Salazar; é que o beneplacito da Rainha da livre Inglaterra ao governo ditatorial de Salazar abate as ultimas amarras dum moral politica em que muitos portugueses ainda acreditam e de que estão observando agora a negação; é que a Sua visita nós parece uma especie de tripudio, de escarneo, sobre um povo cilindrado por um exercito com 50% de analfabetos e tanques de guerra inuteis para a guerra alienigena, mas operantes contra portugueses.

O povo que o Rei da Inglaterra e Imperador das Indias, há meio seculo, viu em Portugal, livre e democratico, foi durante os ultimos anos sujeito a regras educacionais e de treinamento que o desvirtuaram da herança moral da sua grei. São 30 anos de ditadura em que as forças e os fuzilamentos não se fizeram sentir, mas a dominação se processou pela opressão do exercito, espionagem e torturas da policia, cerco das liberdades politicas e civis e juridicas, exilios e internamentos em campos de concentração africanos, sem ou sem julgamento, e mesmo a prisão perpetua, "como me-

dida de segurança", para acusados absolvidos nos tribunais. A censura postal, a censura à imprensa, o saque de livros e manuscritos da casa dos autores, a proibição de greves, de reunião, de associação, de eleições livres, de pluralidade partidaria na politica, o condicionamento economico, fecharam o circulo opressor. São 30 anos em que as forças e fuzilamentos não se fizeram sentir mas em que se trituraram adversarios sob pressões economicas. Comissões e perseguições, castigos, torturas policiais, julgamentos, assassinatos nas prisões, vexames continuos, ameaças e intimidadoes, instalando-se a espionagem politica no lar e despedaçando-se nessa engrenagem os afectos familiares sob suspetas e delações. Hoje ninguem ousaria dizer ao continuo dum ministerio a altiva resposta do vasallo medieval de Afonso IV — Senão, não!

Será possível que Vossa Majestade se enleve no coro de louvores, unanime, que vai ouvir na imprensa portuguesa? Aseguro-lhe que uma nota discordante chegará aos seus ouvidos, e é esta minha carta aberta. Posso escreve-la e publica-la porque me abriga a liberdade brasileira, idéntica à que o Vosso governo mantém e guarda na comunidade britanica que o acata. A censura portuguesa garantirá a beleza da orquestraçãolouvaminheira e nem um comentario agri-doez destoará da euforia geral. Talvez não importe a Vossa Majestade e ao seu Governo averiguar da verdade do que sentem e pensam os portugueses sobre a vossa visita a politica britanica os problemas que unem e desunem os nossos dois povos; talvez Vossa Majestade e o seu governo se acomodem bem com tratar desses assuntos por meio dum regime ditatorial, arvorado em representante dum povo privado de eleições livres, dum povo que, quando lê na imprensa que o mundo reclama eleições livres para a Polonia e a Hungria morde os punhos de raiva impotente e clama aos céus e aos infernos: E NÓS?

Vossa Majestade vai ver a linda cidade de Lisboa, florida, colorida, asseada, cheia de palacios de novos ricos, de novos bairros residenciais, de monumentos do passado salazarista, e que é de todas as cidades da Europa aquela que fornece aos seus habitantes agua, luz transportes mais caros; que é capital de um país que tem o mais baixo nivel de vida em toda a Europa, a menor produção "per capita", o menor gosto "per capita" o maior numero de analfabetos, tuberculosos, sífilíticos, prostitutas registradas, filhos ilegítimos, etc., em relação com os indices populacionais europeus; Vossa Majestade decerto viajará pelas belas estradas que são vitrines salazaristas e cortam o país em todos os sentidos; bordadas de "pousadas" airozas — mas sem que lhe permitam observar as aldeias situadas à beira das auto-estradas, em que os unicos poços são de picota, há escolas funcionando sobre currais, indigentes e loucos em desatino e abandono, crianças descalças, semi-nuas, com grandes ventres empinados sobre as pernas chiagadas, pedindo esmola de porta em porta. E não estou a traçar o quadro sombrio para acusar Salazar de criador do atraso e miseria do povo português, habitante dum solo rural de 3

(Conclui na 2.ª pagina)

"O Campo da Morte Lenta" — Uma "Obra" da Ditadura

HISTORIA NEGRA

Será uma historia negra, a desse campo. Instalado num dos lugares mais insospitos e insalubres da colonia de Cabo Verde, sabe-se que foi inaugurado em 1936; e até Outubro de 1945, não se encontrará qualquer referência a ele feita pela imprensa legal portuguesa. A Censura até aquela data, não permitiu qualquer alusão direta ou indireta, ao "Campo da Morte Lenta" — o que não impediu entretanto, que a imprensa clandestina do país sujeita embora às mais duras condições, a ele se referisse vigorosamente, denunciando as torturas físicas, os crimes que ali praticavam e citando nomes de patriotas que, em numero sempre crescente, para lá iam sendo enviados.

Mas é sobretudo a partir de 1942 que a luta subterranea dos portugueses pela extinção do Tarrafal ganha corpo para se constituir em verdadeiro movimento popular. As expressões "Abaixo o Campo de Concentração do Tarrafal" Libertação dos Presos do Tarrafal, "Auxiliai os presos do Tarrafal" aparecem escritas nos mais diversos lugares das mais diversas formas e com uma continuidade que espanta, ao sabermos em que difíceis condições essa atividade era exercida. "Nas paredes e nos muros, nas mesas dos cafés ou nas cadeiras do cinema, escrita a giz, piche ou carvão em letras garrafais e de imprensa ou na forma de pequenos selos datilografados que rapidamente se colam aonde os deixam, uma palavra atravessada Portugal de norte a sul de leste a oeste — TARRAFAL". E a um tempo gritos lancinantes de dor, e protesto veemente do povo português que vê seus melhores filhos serem trucidados, "em morte lenta" pelas hordas bestiais dos emulos de Hitler e Mussolini.

O POVO PORTUGUÊS LUTA PELA EXTINÇÃO DO CAMPO

Mas as condições mudam, desfavoravelmente para a ditadura. Com a derrota dos países do "Eixo" e a maré de democracia que daí resulta, o povo português intensifica ainda mais a luta pela extinção daquele presidio nefando. A ditadura já aqui impotente para conter a oposição que lhe é movida, se vê obrigada a manobrar. Os exemplos externos de que se servira e em que assenta-

Quando, um dia, se fizer o inventário pormenorizado dos danos causados a Portugal pela ditadura salazarista, não-de nele aparecer com destaque, para espanto de muita gente, o desumano tratamento e os crimes praticados contra os milhares de patriotas portugueses que passaram pelo Campo de Concentração do TARRAFAL, em Cabo Verde. Há-de ser esse, por certo, um dos capitulos mais impressionantes e repulsivos da "obra" do "Estado Novo", de onde sobressairão, em toda a sua hediondez fria, os requintes de perversidade e sadismo, utilizados pela monstruosa policia da ditadura, para fazer calar as vozes de honrados cidadãos cujo unico crime era o de, sendo democratas, não lerem pela cartilha oficial do salazarismo.

ra o seu falso "Estado Novo", haviam sido sepultados pelas forças democraticas, revelando-se, pois maus exemplos. As maiores demonstrações de massas populares, de que há memoria em Portugal, deram-se então. Na capital Portuguesa, a multidão compacta percorre as ruas, dando vivas às Nações Unidas e à Democracia, vencedora do nazi-fascismo. E, de permelo, ouvem-se exigencias de liberdade aos presos políticos do país e de fechamento do Tarrafal.

Tem lugar, então em Portugal a primeira farsa de eleições que Salazar utiliza para, iludindo o mundo democratico continuar governando dicionariamente. E, precedendo esse arremedo de eleições, viu-se o ditador obrigado durante breve período, a permitir relativa liberdade de imprensa e uma insuficiente liberdade de reunião (vigilada) — oportunidade que os democratas portugueses e a imprensa do país aproveitam para trazer à luz do dia os seus protestos contra o desumano tratamento dispensado aos presos políticos e sua exigencia de extinção daquela instituição penal. Com isto, a campanha atinge caráter nacional por sua extensão e profundidade pois já agora é impulsionada pelo poderoso movimento de Unidade Democratica, órgão que agrupa as forças da oposição ao regime. E o governo, apesar da representação policial de que sempre se socorre mesmo naqueles dias de relativa liberdade, não pode mais deter este movimento ou ocultar a criminosa situação daquele presidio.

A DITADURA NÃO CEDE E OS PROTESTOS SE AMPLIAM

Mas a ditadura salazarista não cede facilmente. Ao contrario, após haver declarado ilegal o Movimento de Unidade Democratica, fechando-o e prendendo a maioria dos seus directores desencadeia feroz perseguição

política contra os seus adversarios de maior evidencia, mandando nova leva de cerca de 2 centenas de cidadãos ao famigerado Tarrafal. E dessa data (Abril de 1947) este telegrama que os jornais do Brasil estamparam: "Lisboa, 16 (AFP) — Os principais responsaveis pelas greves dos estaleiros navais de Lisboa, bem como os promotores de agitações fomentadas por instigação do estrangeiro" foram embarcados no vapor "GUINE" e conduzidos ao campo da penitenciaria do Tarrafal na ilha de Cabo Verde. Segundo fontes bem informadas, essas deportações atingiram mais de vinte passos, entre as quais certos dirigentes sindicais. E serão seguidas por outras".

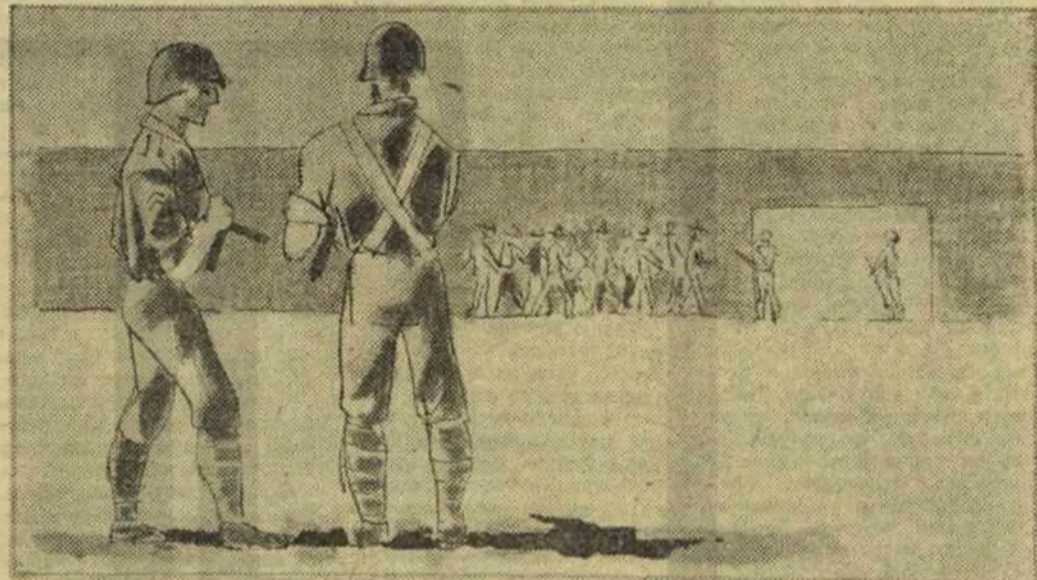
Os assassinatos e as torturas prosseguiram no "Campo da Morte Lenta". Era preciso redobrar a luta. Figuras de maior prestígio do país se levantaram para protestar contra exis-

A petição começava assim: "Pela segunda vez, os corpos dirigentes do Movimento de Unidade Democratica vêm junto de V. Exa., como suprema autoridade na Justiça portuguesa, defender os legítimos direitos dos cidadãos, reclamando o rigoroso cumprimento das Leis, no que se refere ao tratamento aos presos políticos e sociais". E mais adiante: "E' do domínio publico que os suplícios, os trabalhos forçados, os espancamentos, a falta de higiene e de assistência medica fazem parte desse regime prisional. O numero de mortos e as condições precárias de saúde em que se encontram os presos são indices alarmantes e significativos. Entre os suplícios, destaca-se o das "frigideiras" — nome sugestivo atribuído a duas baicas de cimento armado com cerca de três passos de comprimento e dois de largura, de paredes pouco espessas e porta de ferro, com uma pequena fresta em cima e quatro

completas. Mas sabe-se que algumas centenas de presos ali pereceram ou vieram a falecer depois, em consequência das torturas e maus tratos de toda a ordem lá recebidos.

Sabem os leitores quem foi o primeiro cidadão português a ser assassinado no Tarrafal? O seu nome poderia ser o de qualquer um — um entre 8 milhões de portugueses: Foi PEDRO MATOS FELIPE, morto em 1937. Outros logo se lhe seguiram, vítimas dos suplícios e das doenças tropicais de que o local é cheio, sem qualquer assistência medica ou hospitalar: Francisco José Pereira, Augusto da Costa, Francisco Domingues Quintas, Rafael Tobias da Silva, Candido Alves Borja.

E, numa homenagem que me permito render aos patriotas mortos no "Campo da Morte Lenta" do Tarrafal, cito mais os seguintes nomes de portugueses que ali faleceram: Abilio Augusto Belchior, Francisco Nascimento, Esteves, Arnaldo Simões Januario, Bernardo Casaleiro Prates, Alfredo Caldeira, Gabriel Pedro, Fernando Alcobia (preso aos 18 anos e deportado) Albino Coelho, M. Carvalho, José Oliveira Silva, Mario Castelhana, Jacinto Vilaça, João Lopes Diniz, Ernesto José Ribeiro, Jaime de Sousa, Casimiro Ferreira, Henrique Vale, Domingues Fernandes, Augusto Martins, Bento Gonçalves, Damasio Pereira,



tência de um Campo de Concentração onde cidadãos são torturados e mortos, o que julgam incompatível com o significado da época em que viviamos, depois da derrota do fascismo. Nomes famosos como os do ex-embaixador de Portugal no Brasil Prof. Duarte Leite o General Norton de Matos, o p. Antonio Sergio, os Profs. Bento Caraça e Rui Gomes, o Coronel Helder Ribeiro (ex-ministro da Guerra), e tantas outras individualidades de destaque todos fazem coro com o povo, exigindo o fechamento do Tarrafal. Mas o governo responde ao clamor nacional com mais ameaças, com mais prisões diante do que, uma comissão de democratas, entre os quais os nomes citados, pedem uma audiência ao Ministro da Justiça, para uma exposição pessoal do problema. A audiência é recusada.

PETIÇÃO AO MINISTRO DA JUSTIÇA

Diante da recusa do governo em atender aos pedidos de audiência dos democratas portugueses, o General Norton de Matos e o Professor Antonio Sergio enviam, em nome do Movimento de Unidade Democratica, uma longa petição ao Ministro da Justiça, documento reprobatorio do tratamento que vinha sendo dispensado aos presos políticos e especialmente aos daquela instituição penal. Pedem a constituição de uma comissão de inquerito, da qual façam parte elementos da oposição democratica, para apurar as ocorrências verificadas no Tarrafal, desde a sua fundação,

ou cinco orificios ao meio, que não permitiam uma ventilação suficiente. De dia, sob os reverberos do sol tropical, a temperatura dentro das "frigideiras" tornava-se insuportável e a atmosfera asfixiante; à noite, durante o inverno, o frio entorpecia os corpos ali metidos. Em cada uma dessas "frigideiras" eram metidos simultaneamente varios presos e era frequente o suplício prolongar-se durante muitos dias alternando o pão e agua e o caldo de couves e pão. Em janeiro de 1946 ainda existiam castigos nas "frigideiras" embora em caráter atenuado. A "brigada brava" é outra sinistra evocação desse regime prisional, em 1939, com o suplício da sede que lhe estava associado". "Alguns presos (mais de 60 ao que nos consta) foram para ali enviados sem culpa formada ou julgamento, e outros lá ficaram longos anos depois de cumpridas as penas. Alguns dos presos que ainda lá se encontram, já cumpriram as penas que lhe foram impostas, segundo informações que possuímos".

Esta exposição, enviada ao Ministro, e longa demais para podermos prosseguir nas transcrições. Mas o que aí fica, já pode dar aos leitores uma ideia dos seus termos.

OS MORTOS

O numero exato de cidadãos portugueses assassinados no Tarrafal não é conhecido, dado o caráter sigiloso que envolveu este presidio durante largos anos. As informações que se conhecem, a respeito, são necessariamente insuficientes e in-

Paulo José Dias, Joaquim Fontes.

Mas não é tudo porque, além dos outros cujos nomes são conhecidos, por dados insuficientes que possuímos, há os que embora resistindo aos maus tratos recebidos no Tarrafal, vieram a falecer mais tarde ou a ficar inutilizados para o resto da vida. Sabe-se, por exemplo, que o numero de tuberculosos ali contraídos é enorme, e que muitos presos tiveram que sofrer amputações, extração de rins, etc.

FECHADO O CAMPO — VITORIA DO POVO PORTUGUÊS

Só recentemente, quando se tornou de todo possível, a ditadura salazarista, ocultar, perante o mundo, os crimes que lá se vinham praticando (pois os protestos chegavam, inclusive, da França, do Brasil e de outros países), o Tarrafal foi fechado. Isto representou, sem duvida, uma importante vitória do povo português, embora sofrida e dolorosa. Mas, segundo denúncias que se receberam de Portugal, sabe-se que a ditadura está construindo novo Campo de Concentração, desta vez na colonia de Angola, na Africa Ocidental Portuguesa. A tal denuncia, se concretizada, devem os democratas portugueses prestar a mais viva atenção, para que não se permita venha esse projetado campo a transformar-se em cemiterio identico àquele de que nos estamos ocupando. É necessaria, pois, a vigilância ativa dos portugueses do Brasil.

SINTOMATICO

Para quem, por momentos, cosita dos problemas sociais e educacionais do mundo moderno, é facil constatar que uma das fontes da claridade crepuscular desta nossa civilização ocidental é a inversão da escala de valores, sobrepujados que estão os padrões morais e éticos pelos materiais.

A esta subversão valorativa, não estão imunes as altas esferas representativas do nosso País em São Paulo, pois vimos há dias o nosso Consulado oficialmente organizar, de parceria com uma firma de navegação, a missa de 7.º dia do falecimento de um diretor da re-

ferida firma. Nada nos move contra o referido senhor, mas para o vulgo, como nós somos, ele era conhecido somente como um capitão de industria, um "brasseur d'affaires" e, naturalmente, riquíssimo.

Não vemos pois razão alguma para o nosso Consulado, oficialmente, promover as manifestações de luto pelo acontecimento, tanto mais que esse mesmo Consulado, não tomou identica inelativa, quando foi do falecimento desse português conhecido e admirado em todo o Mundo, do nosso unico Premio Nobel, o professor Egas Moniz. Lamentavelmente, isto é sintomático.

LIVRARIA EDITORA GERMINAL

AVENIDA 13 DE MAIO, 23 — SALA 922

Caixa Postal 142 - Agencia da Lapa: Fone 52-1001

RIO DE JANEIRO

ESPECIALIZADA NA VENDA DE LIVROS POLITICOS PROIBIDOS EM PORTUGAL

A POLEMICA CUNHA LEAL-MARCELO CAETANO

Já tivemos oportunidade de esclarecer nossos leitores das tremendas dificuldades com que lutamos, para trocarmos correspondência com Portugal. O assunto de que hoje nos vamos ocupar, é uma prova mais, do que já por várias vezes temos afirmado, e de que alguns dos nossos leitores serão possivelmente levados a descrever. Com efeito, só agora nos foi possível conhecer na íntegra a triste polémica entre o Prof. Marcelo Caetano e o Eng. Cunha Leal, verificada em Novembro do ano passado como consequência de um discurso do Prof. Caetano, numa das múltiplas mistificações do Partido Único de Salazar. Neste caso concreto, falhou a tentativa salazarista de impedir o integral conhecimento no exterior, da desfeita feita por Cunha Leal dos velhos republicanos que Marcelo Caetano pretende encerrar. A apreensão ordenada aos Correios da expedição da La tiragem do jornal "A Republica" de 19 de novembro, não surtiu efeito, devido à efectivação de uma 2.ª Tiragem para a qual, não sem dificuldades, foi possível obter a garantia de sua livre circulação postal.

Não nos sendo possível, neste momento, transcrever a íntegra da carta do Eng. Cunha Leal, vemos-nos forçados a extrair o que se segue:

Segundo o conceito dos seus amigos, entre os quais me não conto, e dos seus admiradores, ao numero dos quais pertence, apesar dos nossos dissensões ideológicas, em grande parte função da diversidade de observações, colhidas de pontos de vistas distintos, as intervenções oratórias de V. Excia. caracterizam-se, em regra, pela convergência das três virtudes seguintes: a elegancia, a profundidade e a clareza. Desta feita, porém, V. Excia. deixou de introduzir no seu discurso os vícios diametralmente opostos: a deselegancia, a superficialidade e a obscuridade. Como Homero, também V. Excia. se permite dormir, lá de quando em quando.

O cuidado de justificar na generalidade este meu juízo, por excepção menos apreciável, deixo-o a outros, se a tanto quiserem abalançar-se. Por mim, restrinjo a demonstração a aquele capítulo do Trabalho de V. Excia. — "O caso das representações do Estado nas empresas" —, através do qual V. Excia. houve por bem chamar-me à colação.

V. Excia., em relação ao ano de 1926, só conseguiu descontinuar 10 nomes de políticos com cargos de administradores em sociedade anónimas, o que é uma proporção ridícula em relação ao volume global dos detentores destas situações, sendo para notar que alguns deles dirigiam a Companhia de Moçambique, sociedade que, à data usufruía, por concessão governativa, direitos mafiosos em avultada parcela da nossa Africa Ocidental. Isto documenta a minha afirmação anterior de que o escol republicano democrático se alheara, quase por completo, das funções dirigentes do Poder Económico. Ver neste modesto contributo de 10 pessoas para a vida das sociedades anónimas autónomas uma justificação para a inversão actual destas empresas pela fina flor do Situaçionismo representa uma vã tentativa para mascarar a face dum problema.

Como é que despenhavam as suas funções os polí-

ticos de antanho, encarregados por delegação governamental, da fiscalização de sociedades concessionárias de serviços públicos ou de monopólios? Posso, afortunadamente, responder que, na generalidade, o faziam sem espirito de perseguição para com as entidades fiscalizadas, mas sem nunca se esquecerem de velar pelo interesse publico que sobrepunham ao interesse privado destas ultimas, procurando assim obter a conciliação destes dois interesses, com prevalencia do primeiro.

Tão longe levaram eles o cuidado não se de serem honestos, mais tambem de o parecerem, que até às vezes caíam ao exagero. Assim, por exemplo, quando Goulart de Medeiros foi nomeado Ministro da Instrução demittiu-se do cargo de Administrador da C.P., para que não se pudesse supor que ele levava para os Conselhos do Governo no proposito de defesa de um interesse privado, que, aliás, normalmente, se confundia com o interesse nacional. E, antes da sua ditadura, o mesmo procedimento adoptou Sidónio Pais, um nome esquecido por V. Excia. na sua lista dos modestos tubarões, precisamente em relação ao mesmo cargo, quando foi investido na Pasta das Finanças.

Quão longe estavamos então dos tempos em que Ministros deixam por preencher, durante quase uma década, lugares importantes dos serviços de si, independentes, com a esperança, quase sempre bem sucedida, de serem eles próprios a preencher as cobicadas vagas, quando chegada a sua vez de serem despedidos das suas funções governamentais!

Com o advento da Republica autocrática os seus dirigentes, para se não sujeitarem ao mesmo precalço, houveram por bem seguir diretriz diametralmente oposta. O Poder Politico curou de subalternizar o Poder Economico. E, quando este, para subsistir, se viu forçado a abrir as suas comportas espraçou-se por ele e occupou todas as suas posições-chave.

São por natureza honestos os homens do regimen? Há de haver de tudo entre eles — bom e mau — na mesma proporção em que tais antinomias de carater se registam entre os seus adversarios. Afinal de contas, somos todos portugueses.

Simplemente, mercê de carentia de fiscalização eficiente e mercê ainda desta interpenetração dos dois Poderes, os sistemas autocraticos favorecem mais do que os regimens democraticos a virulencia das tendencias pejorativas dos instintos humanos. "Græcia victa ferum victorem vitit" — constratavam, objectivamente, os intellectuais romanos. Tambem, no nosso caso, poderia afirmar-se que o Poder Economico vencido acabou por vencer o seu feroz vencedor — o Poder Politico.

Infiltrou-lhe germes de apodrecimento, de cujos bolores ainda até hoje não conseguiu extrair-se um antibiotico salvador. Seja embora fundamentalmente honesta a grande maioria destes incursionistas politicos no campo economico, basta uma pequena minoria de corruptos para dar à administração publica o aspecto dum pobre Cristo crucificado.

Foi esta faceta do problema que V. Excia. não quis profundar, limitando-se a aflorar a sua superficie. E, assim, parecendo clara, cristalina, a sua exposição resul-

ta plena de obscuridade, pelo menos neste ponto. E' feita com habilidade, mas só consegue convencer aqueles que, propostadamente, se quiserem deixar iludir.

—O—
Por ultimo, transcrevemos do artigo do Eng. Cunha Leal, a sua parte final:

Lamenta o Sr. Ministro da Presidencia que eu não cure de provar a minha afirmação de que as empresas privadas "estão invadidas" pela "fina flor do situaçionismo". Vou transcreve-lo:

"E' pena que V. Excia não procure provar a sua afirmação, como eu procurei provar a minha. Assim, seria conveniente dizer quantas sociedades anónimas existem hoje no país (em confronto com 1926); para depois se ver quantos antigos Ministros se encontram na administração delas e qual a percentagem que o seu numero representa relativamente ao total".

Aqui resolve-se o Sr. Dr. Marcelo Caetano em profunda confusão. Para mim, a "fina flor do situaçionismo" não é formada apenas por quantos exerceram ou exercem cargos de ministros. Permite-me Sua Excia. que eu lhes agregue, para formação de um ramalhete mais volumoso e colorido, os Sub-secretários de Estado, os deputados, os procuradores à Camara Corporativa, os governadores de Provincias ultramarinas, e os governadores civis, os marechais da União Nacional e os dirigentes da Legião Portuguesa, e isto quer se trate dos actuais, quer dos antigos. Não ficarei o Sr. Ministro da Presidencia em muito má companhia.

Pois, bem, recuso-me terminantemente, a espolhar os nomes de toda essa gente, como este Sr. fez para os seus adversarios politicos, por isso que não pretendo offende-la. Outros, com menos escrupulos, que se encarreguem dessa ingrata missão. Eu não praticarei o acto, que censurei ao Sr. Dr. Marcelo Caetano, a quem, em todo o caso, com a devida vénia, previno de que a sua indignação, perante as minhas afirmações, fará aflorar um sorrisinho ironico no rosto de milhentos e milhentos componentes do escol português.

Tão pouco lhe vou dizer os nomes de quantos tiverem o preenchimento de altos cargos dependentes dos seus pelouros com a esperança, quase sempre bem sucedida, de virem a preenche-los, ao abandonarem as suas altas posições hierarquicas. O mesmo escrupulo, a mesma instintiva repulsa me força a guardar silencio. Mas vou dar a Sua Excia. um conselho que talvez lhe permita satisfazer a sua curiosidade.

Como eu, o Sr. Dr. Marcelo Caetano é um crente. Lembrando-me disso, aconselho-o a que vá all à Igreja de S. Roque, ajoelhe aos pés do Santo e lhe peça que o inspire. E, se rezar com devoção, talvez lhe surja do altar inspiração de que, mesmo ali ao pé, pode colher as informações de que carece.

Deixa depois até ao extremo occidental na Rua do Comercio, onde há tambem uma igreja, agora desafectada ao culto, mas quem sabe se, não obstante essa circunstancia, lá do alto o não impulsionarão a ir pedir a um Banco vizinho explicações sobre o motivo por que, há mais de dez anos, está por preencher o lugar de seu Governador, com o qual se não acaba, por se reconhecer, ao que parece, a necessidade da sua conservação!

Siga depois Sua Excia. pela

Rua do Comercio fora — não se detenha junto ao Banco Nacional Ultramarino — e vá até à Rua dos Panqueiros e proceda all a um inquerito. Talvez venha aí a averiguar que certo numero de governadores duma Provincia ultramarina e um sub-secretário do Ultramar transitaram das cadeiras do Poder para lugares de administradores duma Companhia concessionaria monopolista, que tinha estado sujeita à sua acção fiscalizadora. Não achará, porventura, o Sr. Dr. Marcelo Caetano muito oportuna a circunstancia de as vagas estarem por preencher quando os homens providenciais houverem de abandonar os seus cargos governativos? Note-se que eu nem afirmo, nem deixo de afirmar que a acção fiscalizadora destes Srs. não tivesse sido profundamente honesta. O que assevero e asseverei na minha carta anterior, isso sim, é que hoje a politica pde de parte melindres de ordem espirital a que noutros tempos se prestava culto.

E aqui ponho ponto final, por isso que se me afigura ter elucidado, cabalmente, o publico e o Sr. Dr. Marcelo Caetano sobre as razões do meu procedimento nesta conjuntura e sobre o alcance das afirmações que posteriormente, produzi.

N. R. — Sem menosprezo do apreço que nos merece o indiscutível espirito combativo do Eng. Cunha Leal, e seus escrupulos em relação a quem nunca os teve, não podemos, no entanto, deixar de exarar aqui o nosso pezar por vermos pessoas da sua estirpe recusarem perante desafios como o que lhe foi provocadoramente lançado pelo Prof. Caetano em sua carta de 20 de novembro. Com efeito, Marcelo Caetano tinha direito a que se lhe apontasse "sem metáforas", pelo menos um exemplo de cada um dos dois grupos apontados: o dos corruptos, e o dos ministros que deixaram de prover em serviços de si dependentes, as vagas que para si cobicavam, cobicam e cobicarão.

Quanto ao primeiro, não vemos como deixar de o exemplificar na pessoa de Francisco Vieira Machado. Quanto ao segundo grupo, limita-

mo-nos a narrar o seguinte episodio:

Era ainda ministro do Interior de Salazar, o seu conhecido de nome Pais de Souza, quando Joseph Crowley nos afirmou que o lugar de Provedor da Misericordia de Lisboa, então vago, continuaria escandalosamente por preencher até Pais de Souza deixar o Ministério. Não acreditamos, na altura, que a falta de pudor de Salazar pudesse chegar ao ponto de sacrificar tão importante instituição de beneficencia, à voracidade daquele seu parente; mas, na realidade, alguns anos decorridos, o satânico de Crowley confirmava-se plenamente.

Para aqueles que se sintam tentados a pôr em duvida a importancia deste depoimento, esclareçamos ser Joseph Crowley um conhecido padre irlandês que, durante 11 anos, occupou proeminente posto no Colegio dos Inglezinhos em Lisboa, e figura insuspeita ao actual situaçionismo português, porquanto, cumprindo instruções de Roma, não hesitou, faltando despuadoradamente à verdade, em escrever para o publico inglês, que em Portugal, só os comunistas são contra Salazar. Acrescentemos apenas, que esta ultima desonestidade de Crowley foi amplamente divulgada em Portugal, pois que, por exigencia do então Secretário da Propaganda, Antonio Ferro, foi compulsivamente transcrita na La página de toda a imprensa diária portuguesa.

ATIVIDADES E PROVOCAÇÕES DA QUINTA COLUNA SALAZARISTA.

(Conclusão da 2.ª pagina)

noticiarios tendenciosos, falsos. As miras immediatas são as seguintes: explorar a ignorancia dos emigrantes portugueses que na sua terra nunca tiveram elementos de instrução a seu alcance; embarcá-los com um sentimento "patrioteiro" por glorias "passadizas" muito discutíveis e quase sempre pouco edificantes; propagar o espirito mistico que alenta os mantenedores da civilização occidental, as sentinelas divinas do cristianismo e outras patranhas de identico teor.

Perante a provocação dos agentes salazaristas, devemos unir-nos. A luta do povo português intensifica-se de dia para dia. Chegou o momento de fazermos um exame de consciencia, de agir, de apoiar todas as manifestações anti-salazaristas, como a publicação do "Portugal Democratico". Assim ajudaremos o nosso povo a libertar-se da tirania e da miseria que há 30 anos o vem oprimindo.

CORRIGENDA

Por "gralhs" tipografica, publicamos na 7.ª pagina do passado numero de janeiro o titulo "Completo 90 anos o pintor João Barreira". Lela-se: "Completo 90 anos o Doutor João Barreira".

VIDA ASSOCIATIVA

(Conclusão da ultima pag.)

os seus associados, o nosso apelo mais veemente, no sentido de que nas eleições que vão realizar-se, sejam recusados aqueles que, embora não o desejem, só mal poderiam causar à Sociedade, no caso de serem eleitos.

O Centro Transmontano precisa de homens como Thomaz Pimentel, Nestor Pereira, Afonso Salgado, Gonçalves Faria, Manuel de Assis Pires, Vicente Luis Pina, José Maria Teixeira, Joaquim Monteiro, Antonio Pereira, Heitor Dupont, Carlos Neves e outros. E estes homens não estão, evidentemente, do lado da chamada "Frente Renovadora".

Que a massa associativa, saiba pois, neste momento difficil, separar o trigo do joia.

Leiam **DEMOCRACIA Espanhola**
ORGÃO DOS ANTI-FRANQUISTAS NO BRASIL
Rua Erigadeiro Tobias, 53 — Sobrelaja, 5 — São Paulo

CONFRONTO DE IDEIAS

Adolfo Casais Monteiro

Eduardo Lourenço — que desde a publicação do seu livro "Heterodoxia" cada vez se vem afirmando mais como um dos novos valores do pensamento português aos quais é necessário ouvir e entender — sugeriu recentemente a realização de um congresso de escritores que fosse "um autentico diálogo espiritual entre portugueses". Reconheço Eduardo Lourenço que a nossa cultura não só é uma manta de retalhos, mas que "é feita de retalhos para nenhuma manta". Porque o mal não está nos retalhos (há a tal respeito muita coisa seria e para se meditar no artigo de Eduardo Lourenço), mas falta o "confronto vivificante" que faria desses retalhos, não uma unidade, mas uma convivência. Porque tal convivência está ausente da vida nacional.

Inúmeros acontecimentos de ordem histórica e espiritual tiveram lugar nos últimos tempos para tornar insuportável a atmosfera da nossa vida cultural, serie de ilhas vivendo de uma existência criptica, esotérica, religadas umas às outras pelo vinculo negativo de oposições mal esclarecidas ou simpatias inoperantes na realidade pelo profundo desconhecimento mutuo dos homens e das obras — escreve Eduardo Lourenço. Afirmção de indiscutível verdade, contra a qual só poderia levantar-se uma objeção: a de não ser ainda suficientemente pessimista para corresponder à realidade.

Temos porém o direito — baseado numa experiência de longos anos — de recuar que a ideia de um congresso "serio" fosse vista com maus olhos por aqueles de quem depende a sua realização. Não me refiro aos escritores, evidentemente; refiro-me àquelles cuja ideia de "autoridade" não lhes permitiria certamente admitir a realização de um congresso no qual recuariam e justificadamente, que se manifestasse essa coisa a seus olhos odiosa e "subversiva": a opinião.

E contudo... ninguém deveria

desejar mais a realização desse congresso do que os particulares (e proprietários) da autoridade. Porque não lhes pode ter passado despercebido, por maior cegueira que lhes possamos supor, e por mais que por todos os meios (recorde-se a recente exposição dos "30 anos de cultura") tenham procurado iludir a realidade, que todas as condições favoráveis que desde há precisamente 30 anos (os tal 30 anos...) deveriam ter favorecido a eclosão de uma literatura, de uma arte, de uma filosofia de harmonia com o seu autoritarismo, não conseguiram fazer surgir, na literatura, na arte, na filosofia, a flor a bem da qual tão cuidadosamente adubaram o solo. Não floresceu nada. Pelo contrario, malgrado todas as restrições opostas ao desenvolvimento de tendências diversas das oficialmente aprovadas, foram estas que produziram as obras que têm "alguma" significação, como o provou a "apropriação" delas feita nesse espantoso acto de hipocrisia que foi a exposição já acima referido.

Escrevi as obras que têm "alguma" significação, exatamente porque mais do que apenas alguma seria impossível. Sou grande numero dos seus aspectos, as expressões mais adiantadas da cultura portuguesa, fora e dentro da literatura, tiveram que se "mascarar", para poderem existir. Tiveram de recorrer a subterfugios, para poderem vir à luz; mas, sobretudo, não puderam — porque a máscara e o subterfugio nem sempre são possíveis de utilizar — ter o pleno desenvolvimento que seria necessário para não ficarem (como realmente ficaram quase sempre) reduzidas a expressões quase secretas, restringido pela força das circunstâncias o seu publico a uns centos de pessoas.

E se estes centos de pessoas constituiram não obstante um publico (publico de escol, sem duvida, mas sofrendo interiormente daqueles males apontados por Eduardo Lourenço), o seu

isolamento basta para não termos ilusões: não é assim que uma cultura pode evoluir normalmente, e dar frutos devidamente sazonados. Uma cultura de catacumbas, obrigada a fugir ao sol, pode sem duvida manter o fogo sagrado em volta dos valores essenciais, permitir que a parte mais viva da juventude encontre sempre um sinal de vida, um farol de esperança no negrume da "cultura oficial" — mas é sempre uma cultura de catacumbas, e arriscada por isso mesmo a aniquilar-se, a não poder fructificar.

Será preciso dizer mais uma vez que o problema em questão não é o da defesa da "tradição" contra a "subversão"? Porque não são apenas ideais políticos e sociais que estão em jogo, e muito menos o duelo entre quaisquer facções, mas sim a possibilidade de sobrevivência da cultura portuguesa, posta em perigo pela entrega dos destinos da patria, não as restrições duma doutrina, mais simplesmente nas mãos da policia, como medida geral de defesa. E que se trata com efeito de uma autoridade vazia, se me permitem esta expressão. Quero eu dizer que o tipo de autoritarismo do Estado Novo português não consiste na defesa de um tipo de cultura, mas na ignorancia de qualquer cultura. E dou um doce a quem for capaz de me provar que existe realmente uma cultura nacional, de harmonia com os "princípios" (ou os fins...) do Estado Novo, expressa ao longo dos 30 anos de vexame da intelligencia que se completaram o ano passado.

Assim, o problema é, também, do Estado Novo. E' ele que precisa de uma... desestabilização, que lhe torne possível existir mesmo que seja apenas como consciencia duma tradição. E isso não se faz com medidas policiaes: faz-se através daquele diálogo que reclama Eduardo Lourenço, e que não haverá enquanto dum lado estiverem tendências, crenças, filosofias, estéticas — sejam elas quais forem — e do outro apenas um poder coercitivo e negativo, que não pode "defender" nada, porque, defender é sinonimo de proibir, para a mentalidade da policia. E não é a mentalidade da policia que pode dar ao Estado Novo as bases culturais que ele ansiosamente espera há 30 anos, sem dar contas de que, tendo identificada a sua existencia com a da maquina policial funcionando em todos os planos da vida nacional, não pode esperar que desta surja qualquer coisa viva.

E o que digo é tão evidente que, aos poucos, o Estado Novo tem visto afastar-se de si todos os espiritos que, como representantes de ideias que aquele "diz" defender, se suporia estarem como peixe na água no ambiente ali criado à cultura: e porque não estão? Porque mesmo um "reacionário", se é um espirito consciente, não pode deixar de reconhecer que qualquer forma de espiritualidade morre de inanição se a transformarem em capa de interesses políticos, de mero adorno duma casta que detem o poder como se tivesse recebido em mão propria de Deus as tabuas da lei. Ora mesmo o intelectual mais hostil à evolução ou à revolução não pode acreditar que o Sr. Oliveira Salazar e Moisés sejam a mesma pessoa.

— E eis porque duvido que esse congresso possa realizar-se. Ali seria posta à luz a triste realidade: o Estado Novo é um poder à procura de ideias, e só lá poderia mandar burocratas incapazes de opôr a ideias outras ideias. Não, não haverá congresso, meu caro Eduardo Lourenço. Ou será à porta fechada, com congressistas aprovados pela policia, e cartões de entrada distribuidos pela PIDE...

HOMENAGEM A AFONSO DUARTE

Não há muito, a intelectualidade portuguesa que heroicamente vem resistindo a já quase 31 anos de perseguições, e chacinhas concentrou-se em Coimbra para prestar homenagem a um velho poeta que, modestamente e sem alardes, impulsionou toda uma nova geração, nascida sob o medo e o silencio do fascismo, a lutar pela naturalidade, pelo humanismo, pela propria vida que tantas vezes a policia politica tem colocado na mais perigosa das clandestinidades. Dele, alguém disse ser "o maior poeta português vivo". Em poesia é difícil e desnecessario investigar qual o maior. Sabemos apenas que Afonso Duarte é um jorro de água fresca, persistente, e infatigável, na perigosa paisagem cultural lusitana. Tanto basta para que, saudosos de



Portugal, nos associemos à homenagem que lhe foi prestada. "Um presídio será, diz Afonso Duarte, mas é meu berço!" Retirados da patria, ninguém melhor do que nós o sabe.

Quatro Poemas de Afonso Duarte

1
*Podem encher-me os punhos de grilhetas,
Ou pregar numa cruz a vida minha.
Não é canto propicio aos poetas
O velho medo que guarda a vinha.*

2
*O antigo é a doença que eu mais detesto,
E' viciar o que já foi virtude!
O tornar ao passado é sempre um resto,
Ou, pior, uma falta de saúde.*

3
*Ainda crente, ao descair da idade,
Quando o meu coração já mal se escuta?
E' quanto vos deve, mocidade,
O meu agreste espirito de luta.*

4
*Não a ceifeira que cegou a herdade,
Da prugana do trigo devoluta;
Trazeis-me a jê, renovo, novidade
Que a terra há-de criar — mãe incorrupta!*

5
*Não fora a terapeutica do Sol
E um cavar de terra, o meu pedaço
Que me prende ao cantar de um rouxinol,
Eu já tinha morrido de cansaço.*

6
*Oh, — estética feliz do sol a sol —
Na terra que removo com meu braço,
Ver as plantas crescer, ou me console
Um respirar de rosas pelo Espaço!*

7
*Há sorrisos de amor na natureza
De um cheiro a eternidade, e de beleza,
Que eu penso-a no divino junto a mim.*

8
*Mas a deusa sorrindo ao que caminha,
Ouvi dizer a uns olhos de ceguinha:
"Por ventura é aqui algum jardim?"*

9
*Alto e bonito é o ramo para os ninhos
Da ave no seu vôo livre!
Só a gloria do mundo que se vive
E' a coroa de espinhos.
E' outra a gente, ou casta de Governo
Que é misera e mesquinha?
— Por Zens! Venus e Baco, o deus da vinha,
Não são deuses do Eterno?
Embedadal-me, ventos,
Que nenhum deus me espia!
Só meu ser este me criou tormentos
E meu deus poesia.*

A Juventude Levanta...

(Conclusão da 3a pag.)
centenas de estudantes, apoiados, aliás pela população não-estudante da cidade, constituiu a melhor resposta da nossa mocidade às alegações dos círculos governamentais em cujo espirito reina a ideia de que os nossos jovens são incapazes não só de resolver como mesmo de se interessarem pelos proprios assuntos.

O GOVERNO PRETENDE LUDIBRIAR A MOCIDADE
Entretanto, o protesto dos jovens coimbrãos foi transmitido ao Governo pelas vias normais. A distancia entre Coimbra e Lisboa deve ter atenuado o choque produzido pela possante manifestação dos estudantes da Lusã Atenas. O governo de Salazar deixou o decreto arrefecer na gaveta e só mais de um mês depois, pensando que a mocidade descuraria os seus interesses resolveu apresentar à ratificação da Assembleia o documento, considerando esta diligencia, como normalmente acontece, uma cerimonia pro forma.

GREVE DE ESTUDANTES E MANIFESTAÇÕES NAS RUAS DE LISBOA

A data de apresentação do decreto ao Parlamento foi marcada pelo Governo para 18 de Janeiro. Os estudantes de Lisboa, sabedores do fato, desenvolveram a sua acção, num movimento bem articulado, em três planos: uma ordem de greve, lançada nos estabelecimentos de ensino superior, uma manifestação de rua, no Largo de São Bento e avenidas anexas, frente à Assembleia, e comparecia em massa às tribunas da sala das sessões, por altura da leitura do documento, apesar

da intervenção da policia. A reacção contra este movimento, como era de esperar, foi violenta. A PIDE procurou, por todos os meios ao seu alcance, sabotar o movimento grevista, que assim mesmo alcançou o efeito desejado: chamar a atenção de todos os estudantes para as arbitrariedades governamentais no campo academico. Por outro lado, a importante manifestação frente ao Parlamento foi dissolvida violentamente por dezenas de guardas armados.

VITORIA DOS JOVENS PORTUGUESES

A decisão dos estudantes, a sua tenacidade, a consciencia dos seus direitos, a coragem com que enfrentaram as forças da PIDE, tiveram a merecida recompensa: premios pelos estudantes, reunidos em força no exterior do Parlamento, intimidada pelo movimento grevista nas faculdades e pela recordação das centenas de capas negras desfilando nas ruas de Coimbra, a Assembleia acabou por rejeitar o decreto numa manifestação de "rebelião" pouco vulgar nos dias que vão correndo...

Os jovens que assistiram a sessão dentro da Assembleia, apesar de saberem que ao procederem assim se arriscavam a alguns meses de cadeia não puderam reprimir a alegria natural pela victoria obtida e ali mesmo, dentro do velho edificio, que já não assistia a manifestações deste genero há algumas décadas, exprimiram vibrantemente a sua fé nos destinos de uma juventude portuguesa livre e consciente da sua dignidade.

Empresa Grafica CARIOCA S/A.

Confecção de livros — Impressos comerciais —
Duração — Encadernação — Arte grafica em geral

ORGANIZAÇÃO MODERNA A SERVIÇO DO COMERCIO, DA INDUSTRIA E DA CULTURA

RUA BRIGADEIRO GALVÃO, 225-235
FONE: 52-3319 — S. PAULO



Centro Transmontano

por Armando Sintra
O Centro Transmontano irá eleger, no próximo dia 24, os seus órgãos directivos para o biénio 1957-1958. Como resurgimento, neste ano, de uma corrente de oposição aos atuais dirigentes, — corrente liderada por alguns associados que nada de importante podem oferecer à Sociedade — julgamos da mais alta importância esse ato eleitoral.

Embora convencidos da insignificante expressão eleitoral dessa corrente, não podemos deixar de dirigir aos associados do Centro Transmontano o nosso brado de alerta. A Sociedade, na fase presente, necessita, mais do que nunca, de dirigentes que estejam capacitados a levar a cabo as realizações programadas pela directoria que está prestes a encerrar o seu mandato e entre as quais devemos destacar a construção de um grande edifício no terreno onde se situa a actual sede, que deverá constituir-se em magnífica fonte de renda.

É este um empreendimento de grande folego e que requer, para o seu total cumprimento, a dedicação de dirigentes não somente dotados de capacidade administrativa, mas também de lastro financeiro capaz de inspirar a confiança da colonia portuguesa que será chamada, inevitavelmente, a colaborar em obra de tão grande vulto.

Acreditamos poder fazer-se um paralelo entre a situação que o Centro atravessa e aquela em que se debateu a Associação Portuguesa de Desportos, em eleições realizadas há já alguns anos. A Portuguesa, que havia sido lançada numa situação largamente deficitária, (o deficit ultrapassava a casa dos 5 milhões) partiu, desde então, para um plano de realizações magníficas que são de todos conhecidos. E hoje todos conhecem a situação privilegiada em que a Portuguesa se encontra.

É curioso verificar que alguns dos mais altos responsáveis pela situação caótica a que a Portuguesa havia sido lançada naquela época, são aqueles que hoje pretendem tomar o poder no Centro Transmontano, pretensão que não pode e não deve deixar de considerar-se como uma grave ameaça.

Diante disso, a familia transmontana cabe uma tomada de posição no sentido de conjurar os perigos que ameaçam o Centro, e estamos certos de que essa posição será tomada.

Somos daqueles que pensamos ser necessário que uma renovação de valores se processe nos corpos dirigentes, para que em conjugação com velhos, mas sempre preciosos elementos, o Centro possa entrar numa fase de grande progresso. Mas renovação não significa a subida ao poder de senhores que já transitaram pela administração da Sociedade, e de outras, e os quais estamos certos, não deixaram saudades a ninguém, mas sim tristes recordações.

Como amigos e admiradores do Centro Transmontano, que é, inevitavelmente, uma associação que honra a colonia portuguesa, não podemos deixar de dirigir daqui, a todos

(Conclui na 6.ª pagina)

Carta do Antigo Ministro da Republica Portuguesa Dr. Antonio Sergio ao Cardeal Patriarca de Lisboa

Excelentissimo Senhor Cardeal Patriarca.

Creio ser um assunto realmente importante o que submeto a Vossa Eminencia nesta minha carta; embora trazido por um acontecimento mesquinho, e a bem dizer desprezível, rogo-lhe licença para começar por este ultimo.

Certo senhor sacerdote, cravando-me o ferrete de "intellectual das esquerdissimas" (o que já por si inculca a rusticidade do homem, a sua falta de compreensão, a sua cabal ignorancia) abocanhoun-me nas colunas do jornal A VOZ, pela minha resposta a a uma provocação que a nós — outros — liberais e democratas — arrojou um paredro da União Nacional, a proposito das atrocidades de que são vítimas os húngaros, infligidas por um Governo totalitario e dogmatico(o que em si é prova de exploração politica que se tratou de fazer com esse lance tragico). Não me deixaria a censura que lhe retrucasse em publico, e em particular inibe-me de pensar em faze-lo de modo como me agride esse odioso sectario, inteiramente divorciado do espirito evangelico.

Não é, aliás, a resposta ao envergamento o que aqui me interessa, Senhor Cardeal Patriarca, mas o suplicar a atenção do seu esclarecido espirito para as serias dificuldades que nos poderá trazer, no futuro, o estovamento e a cegueira de alguns politicos, como sendo catolicos se nos apresentam.

Prevê, Vossa Eminencia, sem duvida alguma, que não será duvida uma ferocida mais, vinda de um troscuito aliterado e futil, que pode causar o mais pequeno incmodo à alma de um já velho apostolo, afeito aos tiros que lhe têm sido disparados de to-

das as bandas do redondel politico, desde a extrema conservadora até à extrema rubra; e que, portanto, não é um caso pessoal o que pode levar-me a escrever-lhe. O que importa, — isso sim — é o não complicarmos sem necessidade alguma os conflitos ideologicos e sociais deste tempo, empurrando para eles a religião e a Igreja, que de-sejaria contemplar em uma região mais alta, e por isso mesmo respeitáda por todos. Bastaria, para tanto que se desse a Deus o que na alma é de Deus, e que se lograsse insuflar nos catolicos portugueses uma coragem moral que lhes faltou até hoje.

Busquemos portar-nos inteiramente verídicos, sinceros, francos, sem cair nas miserias do respeito humano, porque sobre a hipocrisia nunca se constrói obra solida. Consinta-me que lhe diga, Senhor Cardeal Patriarca, que nenhuma criatura com lucidez de espirito tomará como actos exclusivamente inspirados pela pura misericórdia e pelo amor do proximo as espectaculosas mostras de indignação e de horror, perante a fereza dos exercitos moscovitas, de tantos catolicos que se mantiveram indiferentes — até satisfeitos, — em face das atrocidades dos reaccionarios de Espanha que o catolico Bernanos tão nobremente acousou; quando as bombas dos aviões dos heresjes hitlerianos destruíram a cidade catolica de Guernica; quando o general Franco fez atravessar o estreito, para virem matar compatriotas seus, exercitos de mouros do Norte de Africa; quando aqui constou que partidarios dele, numa praça de toiros, se divertiam com o fuzilamento de uma multidão de presos; quando foram perseguidos pela sec-

ção franquista os sacerdotes catolicos da Vasconia (caso que vim a saber mais de perto por intermedio de um padre jesuita francês, que veio a Portugal tratar de assistência que cumpria dar a esses padres vasconicos, e que se queixava de desumanidade que nos nossos catolicos chous) quando se entregavam refugiados politicos que iriam ser mortos por maneira atroz; quando os aviadores das tropas de Mussolini bombardearam turbas de abissinios inermes, para gozo da delicia de os esfacerar... Nesses tempos nefastos (como são os de hoje), trespassei-me de respeito e de admiração intrinseca pela atitude cristã do catolico Bernanos; e por isso não pode senão affligir-me a apatia dos catolicos de meu país! Hoje, porém, ei-los inflamadissimos pelo amor do proximo, a esses mesmos apaticos de há uns vinte anos atrás... Ah, com que satisfação me uniria a eles, para bradar bem alto contra todas as violencias, se me achasse num povo realmente livre e se os factos passados, comparados com os presentes, não me fizessem ver quanto há de impureza, de exploração partidista, de pensamento insincero, na vaga de indignação que por aí se ostenta!

Não Eminentissimo Senhor: não posso reconhecer nas manifestações de agora (e em particular na agressão daquele sacerdote da VOZ) o simples efeito de um natural sensível, do amor à liberdade, de horror aos despotas. Ademais, os que aceitam a tirania na sua propria patria (ou que nela a exercem) querem parecer que se condenam a si mesmos quando exalçam a revolta contra o poder arbitrario de que um povo estrangeiro lhes vem dar exemplo. Só portugueses da nossa epoca turbida não sentem a incongruencia de aclamar nos outros um proceder contrario do que eles proprios seguem. Ou só é condenavel para os catolicos portugueses (eu bem sei que não todos) a ditadura em nome da grei proletaria, e não a ditadura dos adoradores da Mamona? Entre povos livres (na Inglaterra, na França, na Suíça, etc.) o protesto contra o espirito antiliberal dos Russos é um acto coerente, insuspeito, nobre, que todos nós aplaudimos: nos que aceitam a escravidão e nos que a impõem aos outros — não terá qualquer coisa de estupefaciente comico?

Afinal, qual é aqui o meu crime, origem das coleras daquele sacerdote da VOZ? O de que, repellido as ditaduras que pretendem ser das massas e a violencia dos crentes no comunismo russo, repilo tambem a dos tubarões plutocratas e os furores dos crentes do Bezerro de Ouro, dedicando-me a inculcar uma solução fraterna, essencialmente moral, para o grande problema que nos atormenta a todos: o do socialismo cooperativo, fora do Estado que dispensa os politicos e a acção partidaria e que não dá ensejo à elevação dos despotas. Alem de fanático e de rancoroso, é o dito sacerdote totalmente ignorante da doutrina de homens a quem quis ofender, a qual pode considerar-se e inspiração cristã, profundamente cristã.

Ora, não assumiria este episodio o mais pequeno interesse (e não teria eu a audacia de importunar Vossa Eminencia a proposito de um caso de tão miuda importancia) se acaso houvesse unicamente, aqui, um sacerdote que se desmanda e um reformador modesto. Há, porém, muito mais, Eminentissimo Senhor: há a parte menos ineulta da

nossa gente do povo, que observa os furibundos e que nos julga a todos; e no futuro, no dia em que acabar esta dominação dos nababos (decerto não cuida que ela há-de ser sempiterna) a reiteração das provocações dos reaccionarios catolicos não pode facilitar a serenidade dos espiritos, e entendimentos dos homens de vontade limpa para a realização da obra que se nos impõe a todos: a de fundar uma civilização verdadeiramente humana, igualitaria e fraterna. O que só desejamos, os democratas de hoje, é chegar à justiça pela generosidade e na paz; e por isso a Vossa Eminencia eu venho suplicar com humilde que faça quanto possível para cristianizar todos os padres, para levar os catolicos a compreender-nos a nós, a reprimir a mania de nos atacar e ofender, — de maneira que a Igreja nos apareça sempre, com o caracter veneravel de uma religião autentica, e não sob a mascara de um partido politico ao serriço da ganancia dos plutocratas.

Confessei atrás que me parecia haver, nos melhores dos catolicos do nosso riução português, uma certa falta de coragem moral. Afigura-se com efeito, (e perdoe-me Vossa Eminencia se eu aqui descerço) que eles têm evitado o afirmar sem reboço, por voz alta e em publico, as genuinas doutrinas sociais catolicas, que descrepam do procedimento dos nossos governantes fascistas. Por exemplo: a doutrina da Igreja é contra o Estado totalitario, e eles não osam provar o totalitarismo do nosso, — sem circunloquio e de frente; a doutrina da Igreja é contra os abusos dos dinheiros, e eles não osam combater esses abusos, aqui, — por feição clara e concreta; a doutrina catolica é pelo corporativismo da associação, e não osam condenar o corporativismo do Estado, que nos tem sido imposto pelos triunfadores do momento; de maneira que são eles os verdadeiros culpados de que possam supor-se serem doutrinas da Igreja os costumes economicos e os procedimentos politicos que ofendem e revoltam o senso moral dos obreiros.

Dizendo isto, sou eu quem defendo os interesses da Igreja, apontando o caminho que é talvez o sensato e que evitaria conflitos que são para nós repugnantes, sem finalidade, artificiais, absurdos. Mais uma vez, oferecemos aos catolicos a nossa paz cristianissima, pedindo-lhes que e desprendam da sua furia agressiva e que fujam do pecado capital da ira. Não sou catolico, como Vossa Eminencia bem sabe; mas aceito as normas da moral cristã e mantenho a serenidade ante os furores alheios, ou sejam naturais, os de encomenda e pagos. Alem disso, dotado de um espirito de racionalismo estremo (o racionalismo estremo pode dizer-se um místico, nada tendo, porém, de ritualista e devoto) adiro ao que no Evangelho é de um espiritualismo puro, e por isso mesmo profundamente racionalista, — de acordo com o ditame que me parece ser o basico, o cerne de toda a ideia que merece ligar-se ao Cristo: "Deus é espirito, e é necessario que aqueles que o adoram o adorem em espirito e em verdade". Este esboço de retrato não viria aqui a proposito se não tivesse um objectivo que se me affigura pratico: o de inclinar Vossa Eminencia a interpretar-me à justa e a não condenar com um menospreso absoluto as sugestões sinceras que aqui submeto.

PORTUGAL NA IMPRENSA DO BRASIL A Comunidade Luso-Brasileira

Da "Tribuna de Santos" de 1 de Dezembro de 1956 transcrevemos o seguinte trecho do artigo do escritor e grande amigo de Portugal sr. Jaime Franco, que faz algumas observações muito pertinentes acerca do tão debatido problema da Comunidade Luso-Brasileira:

"No Brasil, acentua-se a luta para a consolidação da democracia na base dos partidos politicos, mais ou menos numerosos. Toda a imprensa está empenhada na violenta campanha a favor da liberdade de imprensa e de pensamento, ante a iminencia de perde-la com a nova lei de imprensa em transitio moroso na Camara dos Deputados. Os partidos politicos revigoraram os seus programas para a solidéz da democracia.

Em Portugal, infelizmente, perdura o regime ditatorial com a censura à imprensa sob o dominio de um unico partido politico — União Nacional — em que todos os outros partidos, sejam monarchistas republicanos, democraticos ou socialistas, estão fora da lei. Um porta-voz do Governo Português, o Prof. Doutor Marcelo Caetano, membro da Comissão Central da União Nacional e Ministro da Presidencia, a 17 de outubro de 1956 pronunciou um discurso sobre os problemas politicos e sociais da actualidade portuguesa em que defendeu a obra do Governo e o corporativismo, negando qualquer merito às democracias que classifica como jogo de sofistas ou "luta de tração em que ingloriamente se consomem energias e quemam pessoas nos re-... de partidos". Num

assomo de falta de tato diplomatico esqueceu que Portugal só tem relações diplomaticas com nações democraticas, com excepção da Espanha falangista e afirmou: "a democracia partidaria deu as suas provas entre nós; e continua a da-las no resto do mundo". Pois os Estados Unidos da America do Norte acabam de dar nas ultimas eleições presidenciais, as provas mais notáveis do valor das democracias em contradição ao Dr. Marcelo Caetano legitimo successor do Prof. Dr. Oliveira Salazar na obra de propaganda do governo salazarista, que vigora em Portugal, cuja expansão no Brasil é notoria.

Nesta atitude politica de Portugal, nós brasileiros democraticos nos convencemos de que tão cedo o povo português não gozará das regalias que a Carta das Nações Unidas confere a todos os povos do mundo, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, artigos XVIII XIX XX e XXI: — direito a liberdade de pensamento, direito a liberdade de opinião e expressão, direito a liberdade de reunião associacã pacificas etc...

A politica da comunidade luso-brasileira, para ter sentido de realidade e executar obra solida tem necessidade duma isual identidade de ideologia, para ser sincera e cordial, honesta e eficiente. Ou Portugal modifica a sua atitude e concede ao povo os direitos da Carta das Nações Unidas, ou o Brasil retrocede no caminho e adota o regime corporativo. As outras democracias consentiram nisso?